



UFOP

**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas**



Monografia

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA:
A MERCANTILIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE
ENSINO SUPERIOR.**

Leandro Henrique de Souza Morais

Mariana
2017

Leandro Henrique de Souza Morais

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA:
A MERCANTILIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE
ENSINO SUPERIOR.**

Monografia apresentada ao curso de
Serviço Social da Universidade Federal de
Ouro Preto, como requisito para obtenção
de título de bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientadora: Prof^a Ms. Kathiúça Bertollo.

M827p

Morais, Leandro Henrique de Souza.

O papel da educação no processo de emancipação humana [manuscrito]: a mercantilização e a precarização nas instituições públicas de ensino superior / Leandro Henrique de Souza Moraes. - 2017.

78f.: il.: color; tabs.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer.

Coorientadora: Profª. MScª. Raquel Mota Mascarenhas.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Capitalismo - Teses. 2. Neoliberalismo - Teses. 3. Educação Superior - Teses. 4. Educação - Aspectos economicos - Teses. 5. Liberdade - Teses. I. Mayer, André Luiz Monteiro. II. Mascarenhas, Raquel Mota. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

CDU: 378



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas



**O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA:
A MERCANTILIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE
ENSINO SUPERIOR.**

Autor: Leandro Henrique de Souza Morais

Defendida e aprovada no dia 30 de agosto de 2017. Pela Banca Examinadora composta pelos membros:

**Professora Ms. Kathiúça Bertollo – Orientadora
Universidade Federal de Ouro Preto**

**Professor Dr. André Luiz Monteiro Mayer
Universidade Federal de Ouro Preto**

**Professora Ms. Raquel Mota Mascarenhas
Universidade Federal de Ouro Preto**

Dedico este trabalho a todos os professores, mestres e doutores que de forma direta ou indireta fizeram parte da minha formação. Hora aqueles que foram a campo e me transmitiram conhecimento direto nas salas de aula. Outrora, os que dedicaram seu tempo a produção de conhecimento através de pesquisas, e que graças a uma conspiração do universo chegaram ao meu conhecimento. Deixo um abraço fraterno a todos aqueles que dia após dia dispendem sua energia a nobre causa de educar. A esta classe que em sua maioria não recebe a devida valorização e que mesmo assim acreditam em um mundo melhor e seguem a árdua luta de vivenciar uma sala de aula.

AGRADECIMENTOS

Nesta longa jornada acadêmica inúmeros desafios foram postos, como por exemplo um lugar para morar, falta de dinheiro, locomoção, saudade da família, dos amigos, etc. E sem a ajuda das pessoas aqui mencionadas a concretização do sonho de concluir um curso de graduação em uma instituição pública de ensino não seria possível. Caso esqueça de alguém minhas sinceras desculpas.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, Souza e Moraes por todas as orações e emissão de energias positivas, podem ter certeza fizeram a diferença. Registro aqui meu agradecimento especial a minha mãe Sirlei e ao meu Pai Alcino, obrigado por acreditarem no meu sonho e por me apoiar incondicionalmente, amo vocês.

Aos meus irmãos Andressa obrigado pela inspiração, Amanda você foi protagonista nesta história e Lucas essa conquista é nossa!

Às minhas avós Geralda e Deolira e a memória dos meus avôs Manoel e Francisco que não mais se encontram entre nós, mas onde quer que se estejam continuam olhando por mim.

Aos meus tios José Eurípedes, Aparecida, João Bosco, Josina, Maria Lucia, Geraldinho, Fenando, Ana, Aparecida, Alcida, Edna, Chiquinho, Leila, Eliane e em especial tia Beatriz, obrigado por ser a minha segunda mãe, pelos conselhos, pelo apoio financeiro, pelo carinho, por me ouvir, e também por trazer explicações para coisas que parecem não ter.

Meus primos, Rikleber, Rikelma, Avenor, Daniela, Deise, Débora, Leonardo, Rafaela, Juliete, Givago, Thiago, Vanessa, Gleidiçon, Fabiana, Alessandra, Kálica, Samuel, Clésio, Carla. Em especial Pauloez, por ser muito mais que apenas um familiar, mas amigo, companheiro de lutas, incentivos, pelo aporte financeiro, pelos cafés, cigarros, longas conversas e inspiração como profissional e também por fazer acreditar que esse sonho era possível, meus sinceros agradecimentos.

Aos amigos espalhados pelo mundo: Mateus, Wagner, Barbara, Gabriel, Felipe. E outros de Ouro Preto, Isadora, Ana, Thais. Enfim, todos que torceram para essa conquista.

A Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e todos os servidores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICOSA pelo ensino gratuito e de qualidade.

Aos mestres e doutores Ednéia, Viviane, Virginia, André, Stela, Carmem, Daniella, Douglas, Sara, Jussara principalmente minha orientadora Kathiúça tanto pelas cobranças, quanto por indicar o caminho correto.

Não poderia deixar de agradecer a magnífica cidade de Ouro Preto e sua beleza barroca, por ter me acolhido e se tornado meu lar, pela cultura, música, shows, festivais, política.

A militância estudantil e todos os seus membros na REFOP, Comissão Estatuinte, Associação dos Moradores da República Adegá, Liga dos Blocos do carnaval de Ouro Preto,

mas principalmente a Associação Cultural do Bloco Cabrobró pela irmandade e aprendizado.

A parceria e amizades nas repúblicas Maracangalha, Peripatus, UPA, Covil, Passárgada, Casanova, Nau sem Rumo, Aquarius, Pulgatório, Gaiola de Ouro, Necrotério, Virada pra Lua, Rebu, Feitiço, Eternamente, Xamego, Deuses.

Por último, porém não menos importante a gloriosa República Adega seus moradores e ex-alunos, por ter me acolhido em um momento de completo desamparo. Por se tornar meu lar, meus sinceros agradecimentos e reverencia as amizades construídas ali. Os irmãos cujo o elo vai além do laço sanguíneo “Anão” e “João Plenário”, estarão em minhas memórias enquanto o sangue correr em minhas veias. Aos moradores por todos os auxílios, “Spam-Talho”, “Zumbi”, “Polegar”, “Purtuguez”, “Numten”, “100-Belesa”, “Tody”, “Decepção”, “365”, “Buda-Chinês”. Aos Ex-alunos “1-Bigo” e “Torcicolu”.

É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar.
É melhor tentar, ainda que em vão que sentar-se, fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias frios em casa me esconder.
Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver.

Martin Luther King¹

¹Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/melhor_tentar_e_falhar/>. Acesso em: 02/08/2016.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende promover a reflexão sobre questões inerentes ao capitalismo e o papel da educação na emancipação humana. Apresentar os estágios de evolução do capital e a metamorfose nas estratégias utilizadas na atualidade a fim de garantir a hegemonia deste modo de produção, através da apropriação e controle dos processos educacionais. Fato que tende a impedir a libertação dos povos no escopo da emancipação humana. O impasse no envolvimento do Estado na questão educacional, principalmente com o avanço das políticas neoliberais no Brasil na década de 1990. Discorrer sobre os ataques aos direitos advindos com o processo de contrarreforma do Estado brasileiro iniciado pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e sua continuidade nos governos Lula, Dilma e atualmente pelo governo de Michel Temer. A problematização no favorecimento de programas que tendem o favorecimento do capital internacional no mercado da educação em nosso país. Através da adesão de políticas propostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional que travestidas de boas intenções, tendem cada vez mais precarizar as instituições públicas de ensino superior e a qualidade dos serviços ofertados. E por fim, o avanço desenfreado da oferta de cursos de graduação a distância, destinados exclusivamente ao mercado. Estes detêm baixo custo operacional, sobrecarregam os docentes, e não possuem o compromisso com uma formação ampla e de qualidade, distanciando cada vez a possibilidade de emancipar o gênero humano.

Palavras Chave: Capitalismo, Neoliberalismo, Contrarreforma do Estado, Educação. Mercantilização da Educação, Emancipação Humana.

ABSTRACT

This undergraduate thesis intends to promote thought about inherent issues to capitalism and the role of education in human emancipation. To introduce the bank stock's development and the changes in the actual strategy to maintain the production method, through educational process control and appropriation. Fact that tends to prevent people liberation in the scope of human emancipation. The discussion of state involvement in the educational field, mainly with the neoliberal politics advance in Brazil in the nineties. To discourse about the attacks to rights gained with the counter reform of Brazilian state initiated under the government of former President Fernando Henrique Cardoso, and its continuation under the governments of Lula, Dilma, and currently with Michel Temer. The questioning around targeting programs that tends to favorite international money to Brazilian educational business. Through the adhesion of ideas proposed by the World bank and the International Monetary Fund, which are transposed with good intentions, aim to weaken, even more, the public high education system and the quality of its services. Finally, the unbridled advance of the offer of distant undergraduates, only intended to the market. They have low operating costs, overwhelm teachers and are not compromised with broad and qualitative formation, distancing, even more, the possibility of human race emancipation

Key words: Capitalism, Neoliberalism, State Counter-Reformation, Education, Mercantilization of Education, Human Emancipation.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Disposição das Instituições por Categoria Administrativa 1980 – 1998..	60
Figura 2: Disposição administrativa das instituições de ensino em 2014.	60
Figura 3: Disposição por organização acadêmica Brasil – 2014.....	62
Figura 4: Análise comparativa nível de capacitação docente – 2003.....	62
Figura 5: Análise comparativa nível de capacitação docente – 2014.....	63
Figura 6: Evolução quantitativa de matrículas nas IES.....	63
Figura 7: Relação matriculados X concluintes IES.....	64
Figura 8: Disposição de cursos de graduação EAD por categoria administrativa – 2015	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução das IES por categoria administrativa de 1980-2014.....	60
Tabela 2: Percentuais de concluintes IES	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA EMANCIPAÇÃO HUMANA	15
1.1 Modo de produção capitalista.....	15
1.1.1 Regime de acumulação do fordismo ao neoliberalismo.....	27
1.2 Considerações sobre o Estado	32
1.2.1 Estado erguido sob o pensamento Neoliberal: considerações sobre a intervenção no país.....	36
1.3 Emancipação política e emancipação humana	46
2 MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	53
2.1 A educação que temos: elementos de sua configuração desde o período ditatorial	54
2.2 A educação superior Brasileira: breves considerações sobre a relação público X privado	57
2.3 A educação como aparelho de reprodução os interesses capitalistas	66
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
4 REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

Este projeto surge da ânsia de compreender e reconhecer a educação como um processo e pensar a partir da forma como é estruturada na sociabilidade capitalista, a fim de refletir em que medida pode contribuir no processo de emancipação humana. Refletir sobre as determinações do modo de produção capitalista e o papel do Estado, a fim de compreender a realidade social, em que medida o atual processo histórico promove a reflexão e superação da atual realidade vivenciada nas Instituições Públicas de Ensino.

A primeira parte deste estudo pretende contextualizar as estruturas fundamentais do modo de produção capitalista. Dispor argumentos quanto o processo histórico evolutivo do capitalismo, em uma suas obras de mais referencias *O Capital*, Marx, 2010, contribui com a afirmação que a crise é parte inerente do capitalismo, explora a tendência do capitalismo em gerar crises de dois tipos: um tipo mais específico, que pode ser chamado de crise econômica de acumulação devido à tendência para queda da lucratividade, e o outro, que são as crises periódicas de acumulação, que devem ser vistas como manifestações de uma crise geral, sempre crescente, no modo de produção capitalista. Marx também evidencia o caráter cíclico das crises, mas, este retorno periódico, ao mesmo tempo se aprofunda, o que significa dizer que dentro de toda crise conjuntural há uma crise estrutural que, seguindo a lógica capitalista, cresce de forma descontrolada, gerando o que é denominado de crises sistêmicas, que são periódicas e cíclicas desse modo de produção.

Problematizar sobre a educação e a questão da emancipação política e humana, no sentido de identificar as possibilidades de tensionamento e superação desta ordem societária. Considerando a educação como elemento essencial na promoção da emancipação política no contexto das sociedades capitalistas, no escopo de uma possível emancipação humana dos indivíduos, para além das contradições impostas pelo Capital. Portanto, um conjunto de preocupações e inquietações a respeito do papel da educação como mecanismo de enfrentamento do pauperismo, no sentido mais abrangente, imposto à classe trabalhadora.

A segunda parte a pretensão é discorrer sobre o processo histórico da educação superior no Brasil, a fim de problematizar o momento vivenciado na atualidade. Um estudo para esboçar uma análise da educação enquanto direito social, ofertado na contemporaneidade de modo precário, mercantilizado. Podendo ser compreendido ou até ser considerado como um dos

principais mecanismos de dominação, portanto sua importância no processo de superação do sistema dominante, elemento que pode contribuir como via de acesso à emancipação humana no escopo de libertação dos povos da superação desta ordem societária.

Recolher elementos do processo de mercantilização e precarização das instituições federais de ensino, a fim de refletir sobre a atual configuração da educação no Brasil na atualidade. A educação, assim como todos os outros direitos sociais, sofre inúmeros ataques em momentos de crises no processo de produção. Não só nos países de economia periférica ou subdesenvolvidos, mas também nos países de economia desenvolvida ou central. Há algumas décadas as crises do capital têm se intensificado de maneira desenfreada, atacando diretamente as esferas sociais, entre elas a educacional.

Este trabalho pretende contribuir com o debate em torno do processo histórico que promoveu a mercantilização da educação, isto é, a atuação do Estado no processo mercantilização das políticas educacionais públicas brasileiras e seus reflexos nas Instituições Públicas de Ensino. Também, discutir quanto o que representa os movimentos em torno do que se aproximou de uma democratização deste direito no Brasil, advindo à Constituição Federal de 1988, mas principalmente à questão do retrocesso na aquisição dos mesmos direitos, precarização das condições de trabalho, além da queda considerável na qualidade de ensino ofertado. Compreender o processo de Contrarreforma do Estado, promovida pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, tendo sido continuada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sua sucessora Dilma Rousseff e atualmente no governo do presidente Michel Temer. Além de apresentar a quem, de fato, se destina a educação neste país.

A terceira parte se propõe a discutir a condição da educação como uma das principais ferramentas utilizadas na reprodução dos interesses capitalistas. Diante apresentação desses fatos que guiaram esta análise, procuramos buscar e desvendar como a educação pode se encaminhar na direção do enfrentamento da questão social e na construção efetiva da emancipação humana da classe trabalhadora. Todavia, cabe também salientar que este estudo não tem como objetivo esgotar as discussões acerca do tema em questão, mas sim contribuir para ampliação dos horizontes sobre o enfrentamento da questão social. Somente através do conhecimento será possível deslumbrar uma superação da ordem vigente, considero a educação como elemento indispensável à materialização de uma mudança na realidade caótica em que a classe trabalhadora se insere.

Neste momento, cabe refletir sobre a finalidade da educação condicionada aos interesses do Capital para entendermos quais são seus limites nesta sociabilidade, quais as reais possibilidades de se utilizar o conhecimento, e ou, a difusão do mesmo, como ferramenta efetiva ao processo de emancipação humana. Tal contribuição da Educação neste sentido é de trazer um olhar crítico sobre a sociedade capitalista, analisando-a como um sistema de classes sociais antagônicas, na busca de fomentar uma consciência acerca do papel político e econômico que a maioria da população exerce nesta sociedade. Isso corresponde a uma compreensão em que não se distingue teoria e prática, Educação e sociedade, e que, considera perfeitamente factível estabelecer uma relação entre a situação objetiva dos segmentos oprimidos da população, e a consciência sobre as necessidades e sobre as tarefas futuras da classe trabalhadora inserida neste modo de produção capitalista.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA EMANCIPAÇÃO HUMANA

1.1 Modo de produção capitalista

Para compreender a atual situação em que se encontram as universidades públicas no Brasil, é necessário adentrar nas competências determinantes, fundantes, que norteiam nossas relações econômicas, sociais, de trabalho, culturais no atual estágio de organização da civilização. Deste modo, condicionar a educação como um processo e principal via de acesso ao conhecimento científico, e este por sua vez, como mecanismo fundamental no repasse de tecnologias e meios de sobrevivência desta e de gerações futuras. Tendo em vista o caráter destrutivo e degenerado inerente ao capitalismo.

Esta questão perpassa almejar o acesso ao conhecimento em todas as áreas num caráter de acesso universal, destinado a todos os homens e mulheres em escala global, no escopo de sociabilidades além da vivenciada nos dias atuais. Portanto, o suporte teórico oferecido por Marx e sua compreensão de como se materializam as relações econômicas e de sociabilidade nas sociedades capitalistas, são essenciais para se pensar além da condição imposta.

Assim como, desmistificar as estratégias utilizadas para dar manutenção a esta ordem societária vigente, ações voltadas aos interesses da classe dominante, notadamente percebe-se uma tendência no direcionamento do processo educacional voltado aos interesses desta classe. Em concordância com esta premissa, em o Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels afirmam: "O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa" (MARX; ENGELS, 2001. p. 2). O processo de naturalizar o que não pertence à essência humana, a intenção por sua vez é a lucratividade, e para que seja funcional, inúmeras questões éticas são deixadas em segundo plano, fato que afeta diretamente a classe trabalhadora, que acaba por custear por meio de sua exploração privilégios de uma minoria. Eis o importante papel da mercadoria na sociedade capitalista, e posteriormente o que envolvem a mercantilização do conhecimento.

Exemplificando sua importância, o pensamento de abertura de uma das maiores obras de Marx sobre reflexões que tangem o capitalismo ilustra esta questão com a seguinte contribuição: "A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece

como uma imensa coleção de mercadorias” (MARX, 2010. p. 154).

A mercadoria assume um papel de protagonista nas sociedades capitalistas. Mediante tamanha importância, é fundamental compreender os caracteres que a mesma assume. Portanto, a concepção marxista elenca a discussão ao afirmar “ *A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa², a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer natureza*” (MARX, 2010. p. 154). Ele atribui a natureza dessas necessidades ao estômago ou à fantasia, argumenta que não se trata de saber como são satisfeitas essas necessidades, mas sim, se o objeto é um meio de subsistência, destinado ao consumo, ou se de um modo indireto se trata de um meio de produção. Exemplificando, aponta que a utilidade das coisas como ferro, papel, devem ser analisados sob dois aspectos: primeiro da qualidade e segundo da quantidade. Para tal condição, a descoberta de medidas sociais utilizadas para quantificar as coisas úteis ele aponta que a diversidade destas medidas decorre, em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos, e parte de convenção.

Para Marx (2010), determinar essas particularidades e os múltiplos modos de se utilizar uma coisa é um ato histórico³ e cultural, ao passo que, a utilidade de uma coisa transforma essa coisa em um valor de uso⁴, no entanto esse caráter não compete a quantidade de maior ou menor de trabalho do homem, mas sim, a uma quantidade determinada de um produto em questão, deste modo, [...] “*o valor de uso somente se efetiva apenas no uso ou pelo consumo*[...] (MARX, 2010. p.158).

Em relação ao valor de troca⁵, ele aponta que este se consolida através de uma relação quantitativa, onde, a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam entre si, e acrescenta que se for extraído o valor de uso de uma mercadoria, somente resta sua condição de ser fruto do trabalho. Neste modo de produção, o capitalista, ou seja, um indivíduo compra a força de trabalho a fim de confeccionar mercadorias, a fim de apurar um capital excedente,

²Desejo inclui necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo.(...) a maioria (das coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito.”(BARBON, apud. MARX, 2010).

³Coisas têm uma intrinseca virtude“ (isto para Barbon é a específica designação para valor de uso) ”que é igual em toda parte, assim como a do ímã de atrair o ferro” (op. cit., p. 6). A propriedade do ímã de atrair ferro só se tornou útil depois de descobrir-se por meio dela a polaridade magnética. Marx, 2010.

⁴O worth natural de cada coisa consiste em sua aptidão para satisfazer as necessidades ou servir às comodidades da vida humana.” (LOCKE) No século XVII encontramos ainda, com frequência, nos escritores ingleses, worth paravalor de uso e value para valor de troca, totalmente no espírito de um idioma que gosta de expressar as coisas diretas com um termo germânico, e as coisas refletidas com um termo românico. (MARX, 2010).

⁵O valor consiste na relação de troca que se estabelece entre uma coisa e outra, entre a quantidade de um produto e a de outro.” (LE TROSNE, 1846, p. 889 apud MARX, 2010).

estas que, por sua vez, adquirem um valor de uso, e essas coisas atendam necessidades de outrem, para ilustrar a seguinte contribuição:

Em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale apenas qualitativamente, em relação à grandeza de valor ele vale apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Lá, trata-se do “como” e do “quê” do trabalho; aqui, trata-se de seu “quanto”, de sua duração. Como a grandeza do valor de uma mercadoria expressa apenas a quantidade de trabalho nela contida, as mercadorias devem, em dadas proporções, ser sempre valores de mesma grandeza. MARX, 2010. p.170).

O trabalho assume um lugar de destaque nas sociedades capitalistas, pois, através dele é que advêm as condições para sobrevivência do gênero humano, através dele que os produtos assumem a condição de valores de uso e as mercadorias de valores de troca. Para ilustrar esta categoria o autor aponta:

Todo trabalho é, por um lado, dispendido de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispendido de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequado a um fim e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valor de uso (MARX, 2010. p. 172)

Por trabalho entende-se o processo de interação do homem com a natureza a fim de sanar suas necessidades materiais: a sociedade, através de seus membros, transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. (NETTO & BRAZ, 2012, p.42, *grifo do autor*). Se apresenta então, traz consigo de modo intrínseco uma particularidade, de elemento fundante do ser social. Conseqüentemente, nas reflexões destinadas à compreensão que abarca a organização capitalista, Marx considera o trabalho como uma atividade exclusiva do homem, em analogia a outras espécies animais que interagem com a natureza de maneira “mecanicista”, determinada geneticamente, instintiva.

Assim sendo, o homem ao fim do processo de trabalho obtém o resultado que já no início houve uma projeção do trabalhador, ou seja, ele predetermina a ação e os meios utilizando sua inteligência. O que difere das atividades naturais é a mediação entre o sujeito e o objeto, noutras palavras, utiliza-se diferentes instrumentos ou conjunto de instrumentos que medeiam a relação entre ambos. Para o autor esta condição implica dois problemas, o problema dos meios e a finalidade da ação, além do problema das escolhas se o machado longo ou curto, se é bom ou ruim. A partir desta condição, outros dois problemas determinam a sua efetivação, ou seja, a finalidade que faz o homem projetar, idealizar os meios, usando a intencionalidade e acúmulo de conhecimento para realizar o trabalho.

Em suas reflexões Netto & Braz (2012), argumentam que o que chamamos de trabalho é algo substantivamente diverso dessas atividades. Ressalta que esta condição foi se estruturando e se desenvolvendo ao decorrer da história, afirmam que o trabalho rompeu com o padrão natural daquelas atividades pelas seguintes condições:

Em primeiro lugar, porque o trabalho não se opera com uma ação imediata sobre a matéria natural; diferentemente, ele exige instrumentos que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que executam a matéria. Em segundo lugar, porque o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem ao contrário, passa a exigir habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que transmite mediante aprendizado. Em terceiro lugar, porque o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem satisfaz sob formas fixas; se é verdade que não há conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido, as formas desse atendimento variam muitíssimo, e sobretudo, implicam o desenvolvimento quase sem limites, de novas necessidades. (NETTO; BRAZ, 2012, p.42).

Fruto do trabalho, a mercadoria é, portanto, uma unidade que sintetiza o valor de uso e o valor de troca. Para estabelecer o funcionamento desta relação de produção e condição exige primeiramente que haja uma divisão social do trabalho, entre homens ou grupos de homens e articular-se à lógica da propriedade privada dos meios de produção, uma vez que só pode negociar uma mercadoria aquele que for o seu dono. Portanto, mediante este impasse se deve ressaltar o caráter privado dos meios de produção e principalmente os interesses dos detentores destes meios.

Para desmistificar as relações de produção e trocas de mercadorias no sistema de produção capitalista é de suma importância adentrar as peculiaridades históricas que promoveram a atual realidade, e para realizar este feito, os esclarecimentos de Netto & Braz (2012), quanto à origem, e às mutações deste processo. A produção mercantil apresenta suas primeiras manifestações ainda sob o escravismo, se manifestando a priori, como fruto das atividades dos artesãos que eram livres, neste momento uma fração do excedente produzidos pelos escravos passou ser usado como mecanismo de troca por seus donos. Essa produção trazia consigo uma particularidade fundamental, era destinada basicamente a um mercado local e restrito, onde os produtores detinham o conhecimento das necessidades de seus compradores.

Ao longo do século XIII, sob o feudalismo, um marco importante foi o desenvolvimento das atividades comerciais. Este fato teve relevante contribuição para uma alteração no modo de

produção mercantil simples⁶. Paulatinamente, devido à intervenção dos comerciantes, e das rotas comerciais, os mercados locais foram perdendo a importância. Anteriormente a essa mutação, o produtor, ou artesãos, comercializavam sua produção nestes mercados locais, destinava-se essa troca à manutenção de seu consumo pessoal e instrumentos necessários a continuação de seu trabalho. Nessa situação o dinheiro não era seu objeto, servia apenas como meio de troca, a circulação das mercadorias era restrita ao trâmite de troca, passava quase diretamente das mãos dos produtores às mãos dos consumidores.

Com a expansão do comércio iniciou-se também um aumento de mercados, cada vez maiores e mais afastados, neste momento os comerciantes quebram a relação direta produtor X consumidor, isso fez com que a circulação de mercadorias assumisse uma relação mais complexa. Os comerciantes iam buscar as mercadorias cada vez mais longe com o objetivo de comprá-las cada vez mais barato e vender mais caro, assim, o dinheiro passou a ter outra função.

Através de pirataria e saques começaram a se acumular grandes lucros, fato que ficou conhecido como ‘capital comercial’, dessa forma, a circulação mercantil altera⁷ sua estrutura de circulação. Além disso, outro agravante compete à condição dos mestres tecelões, que apenas ensinavam a seus cooperados seus ofícios, agora passaram a enriquecer com a exploração dessas atividades. Com essa nova forma de tratamento do dinheiro os artesãos adquirem uma nova condição, a de patrões desses cooperados. Não se trabalhava mais de forma coletiva. Toda a estrutura social daqueles camponeses se modificou, uns enriqueceram e outros se arruinaram. E no século XVIII essa relação modificou-se de produção mercantil simples para produção mercantil capitalista.

A produção mercantil capitalista, difere da produção mercantil simples, principalmente pelo fato do capitalista não almejar mercadorias a fim de trocar por outras mercadorias, mas sim com o intuito de apurar lucros. Nessa relação desaparece o trabalho pessoal do proprietário. A questão perpassa na condição que o capitalista que é o proprietário dos meios de produção, mas ele não realiza o trabalho, ele compra a força de trabalho. Destaca-se que a circulação mercantil capitalista⁸ assenta-se na exploração da força de trabalho mediante troca de salário.

⁶Para simbolizar o processo de circulação no modo de produção mercantil simples a expressão: M---D---M (Mercadoria---Dinheiro---Outra Mercadoria).

⁷A atividade comercial, saques e pirataria promoveram a acumulação de grandes lucros, esta condição acabou por alterar a estrutura do processo de acumulação primitiva, deste modo a expressão que ilustra este processo, assumindo a seguinte forma: D---M---D+ (Dinheiro---Mercadoria---Dinheiro Acrescido)..

⁸Expressão para exemplificar a circulação mercantil capitalista D---M---D’ (Dinheiro---Mercadoria---Dinheiro Acrescido---Mais-valia).

Portanto, as considerações de Netto & Braz, (2012), se fazem essenciais quando apresentam a divisão da sociedade em duas classes fundamentais com o seguinte pensamento:

As classes fundamentais do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade pela ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas da sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para/ compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletariado o do trabalho. (NETTO; BRAZ, 2012, p.97).

A construção desta concepção, aponta uma clara divisão de interesses, conseqüentemente uma divisão de classes, a argumentação fica mais clara se acrescida a contribuição de Marx:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias: de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, servos etc., nem os meios de produção lhe pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais para a produção capitalista. [...Trata-se do] processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Marx (1984, p.262 apud NETTO & BRAZ, 2012, p.99)

Os autores mencionados atribuem a acumulação primitiva à fase de pré-história do capitalismo. Afirmam que acumulação primitiva em sua forma “clássica” se consolidou na Inglaterra, estendendo posteriormente a outros países da Europa Ocidental. Na ilha, o principal mecanismo foi o cercamento das terras comunais dos camponeses, que lhe foram tomadas de modo brutal e transformadas em pastos para criação de ovelhas. Os camponeses foram expulsos de suas terras através de “*uma legislação (logo qualificada como “sanguinária”) foi acionada para castigar aqueles que resistissem ao esbulho*” (NETTO & BRAZ, 2012, p.99), além da contribuição da *Reforma Protestante*, que levou à expropriação de terras da igreja e que detinha grandes quantidades de terra, acrescentam os autores. Essa condição promoveu a concentração das terras nas mãos de poucos, conseqüentemente ocorreu um processo de migração de uma massa de homens desprovidos de praticamente tudo, exceto da sua força de trabalho, nesta condição não havia outra possibilidade a não ser a migração para as cidades, a fim de garantir sua sobrevivência. Destaca-se que além da acumulação do capital, a descoberta do ouro e da

prata e a concentração de terras contribuíram para que se tornasse possível a acumulação de capital, esta consideração será aprofundada adiante.

O Valor de uma mercadoria está condicionado a quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção, a competência do valor só pode manifestar-se quando mercadorias diferentes são compradas no processo de troca, portanto, é na troca que o valor da mercadoria se expressa. No contexto da circulação mercantil, a sua forma simples atendia às necessidades por meio de troca, uma mercadoria equivalia à troca de outra mercadoria, com o acúmulo do excedente uma mercadoria expressa uma base para outras mercadorias e nesse processo a mercadoria é entendida como desenvolvida ou total, para ilustrar essa condição o pensamento de Netto & Braz, (2012):

O crescimento do excedente e o desenvolvimento da produção mercantil foram tornando as trocas mais regulares, incrementando o comércio e fazendo com que uma determinada mercadoria se tornasse a medida de valor de várias outras—por exemplo, um boi foi equiparado a x de trigo, ou y de tecido ou z de um metal precioso e assim por diante. Nesse passo da evolução histórica, em que uma mercadoria passou a expressar o seu valor numa diversidade de outras mercadorias, o valor adquiriu sua *forma desenvolvida* ou *total*.” (NETTO ; BRAZ, 2012, p.101)

A ampliação do fluxo comercial, proporcionou que determinadas mercadorias se destacassem perante as demais, ao tempo que, todas as outras passaram a expressar seu valor através dela, este fato acarretou a criação de um padrão de medida, ou seja, a partir da condição acima descrita, uma mercadoria passou a ter um valor de representatividade socialmente acordado “[...] *ela transformou-se num equivalente universal (ou geral) e o que se valor alcançou o que se denomina sua forma universal.*”[...] (NETTO ; BRAZ, 2012. p.101-102.). Destacam que através desta classificação, a expansão das mercadorias tomara dimensões ainda maiores, com caráter de equivalência as mercadorias passaram a assumir propriedades especiais. Aspectos peculiares das mercadorias como durabilidade, divisibilidade, facilidade de transporte, fizeram com que a circulação mercantil se acelerasse. Portanto, em referência ao desenvolvimento da circulação mercantil, cabe fazer jus, ao papel dos metais preciosos, ouro e a prata, “[...] que convertidos em *dinheiro* passaram a ter essa função [...] *o dinheiro, pois, é a mercadoria especial na qual todas as outras expressam o seu valor.* ” (NETTO ; BRAZ, 2012. p. 102.).

No momento em que se consolida a circulação mercantil, independentemente das variações de preços, as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho

necessariamente investidas nelas, essa é a chamada ‘lei do valor’ predominante na produção mercantil, ou seja, através da lei do valor que se passou a regular as relações econômicas quando no capitalismo a produção mercantil se universalizou. Com isso, pode-se dizer que nesse contexto o importante para os capitalistas era o lucro e, portanto, não realizavam nenhuma forma de planejamento para o comércio.

Em reflexão aos pensamentos, Netto & Braz, (2012), compreende-se *A Lei do Valor*⁹ pensada por Marx, no âmbito da produção de mercadorias, erguida sobre o modo de produção capitalista que a produção mercantil encontrou “solo fértil” para mais tarde se universalizar. Eles apontam:

Independente dessas variações, porém, quando se consolida a produção mercantil, *as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido*. Essa é a chamada **lei do valor** que, como todas as leis econômicos-sociais, não é a-histórica ou supra histórica, mas tem um âmbito de validade determinado: *ela impera no marco da produção mercantil*. [...]. Em poucas palavras: a **a lei do valor** passou a regular as relações econômicas quando a produção mercantil, sob o capitalismo, se universalizou. [...] (NETTO ; BRAZ, 2012, p.103).

Para que uma mercadoria seja produzida é necessária uma ampla divisão do trabalho, ou seja, pessoas ocupando postos de trabalhos em diversos setores da cadeia produtiva. A partir da divisão do trabalho surge uma grande dependência de outros comerciantes para produzir suas mercadorias, o denominado trabalho privado é parte do trabalho da sociedade chamado de trabalho social. Como parte de um produtor privado, o administrador é o próprio proprietário, ele pode agir independentemente e por isso parece-lhe como trabalho privado. Seu caráter social só é deparado no mercado quando adquire os produtos para produção, ou seja, as relações sociais entre os mercadores aparecem como uma relação de mercadorias.

Na medida em que a circulação mercantil se regulariza pela lei do valor ocorre uma inversão do qual a mercadoria criada pelo homem aparece como algo que lhe domina, a mercadoria revela um poder que passa a subordinar o homem. As qualidades peculiares das relações sociais são transferidas às mercadorias. (NETTO ; BRAZ, 2012, p.105).

Portanto, nas sociedades nas quais essa lógica mercantil impera que a mercadoria atinge seu ápice, assume aspectos tenebrosos na figura de *relações coisificadas* [...] “*as relações*

⁹O valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho média, em condições históricas dadas, exigida para a sua produção (*trabalho socialmente necessário*); tal valor só pode manifestar-se quando mercadorias diferentes são compradas no processo de troca – isto é, através do *valor de troca*: é na troca que o valor das mercadorias se expressa.

sociais tomam aparência de relações entre coisas” (NETTO & BRAZ, 2012. p. 102.). Essa forma fantasmagórica que Marx chamou por fetichismo da mercadoria conforme referenciado por Netto & Braz:

Reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação existente fora deles, entre objetos. [... Assim, uma] determinada relação social entre os próprios homens [...] assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX,1983, p.71 apud NETTO & BRAZ, 212, p.105)

A sociabilidade que o sistema capitalista de produção promove, tende a ser conivente a garantir e perpetuar uma lógica fundada em dominação e exploração. Com o intuito de desmistificar os reais interesses da classe dominante em garantir a hegemonia do sistema vigente, o suporte teórico oferecido por Marx, e a relevante importância de suas reflexões quanto à centralidade das relações econômicas neste contexto. Consequentemente os impactos que esta implica na dominação da classe trabalhadora, a qual assola a miséria.

Como já mencionado Marx (2010) afirma que o trabalho, ou seja, as relações materiais de se transformar a natureza é o que funda o ser social, que irá determinar as relações de sociabilidade, portanto, é através do trabalho que se ergue a base material da sociedade. Em resumo, a base que sustenta o capitalismo está condicionada a manutenção da propriedade privada, é por meio da apropriação da mais-valia, adquirida via trabalho assalariado que se perpetua a dominação e exploração das massas trabalhadoras conforme aponta:

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados de outro, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados. A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (Marx, 2010. p.837)

O que Marx engendra à discussão inerente aos movimentos dos quais o grande Capital se apropria e se reproduz nos diferentes estágios de acumulação ampliada. A discrepância intrínseca enraizada na gênese dessa reprodução avança como condição própria gerar uma força de trabalho excedente, que não consegue se inserir no processo produtivo, figurado do desemprego como um problema crônico, além, é claro, da condição do pauperismo

materializado em diversos aspectos da sociabilidade humana. Uma parte da população entregue a miséria com tendência a se perpetuar.

A reprodução desta lógica implica alterações na composição orgânica do capital, ou seja, no momento em que a mercadoria se realiza o capitalista se apropria do valor e o “reaplica” no processo. Nesta reinserção, são fracionados os devidos montantes de investimento no capital constante e variável. Justamente no controle da segunda que se concentra o grande trunfo do capital, na exploração do capital variável, ou seja, a força de trabalho, leia-se humana. Através da apropriação desta que se torna possível o controle sobre os indivíduos em todos os aspectos da sociabilidade humana, seja na política, religião, cultura, ou seja na figura do Estado conforme será discorrido adiante seu papel imprescindível na manutenção desta lógica dominante. Portanto, no processo de acumulação floresce o escopo que almeja o capitalista, valorizar seu capital. Conforme considera:

O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contêm uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. (MARX, 2010. p. 841)

Conforme avançam as forças produtivas conseqüentemente a concentração de capitais, se expandem também os métodos de produção. O desenvolvimento tecnológico aplicado aos meios de trabalho como maquinário por exemplo, segundo Marx têm como consequência uma alteração na composição técnica do capital. Estes avanços tornaram possível uma aplicação menor de capital variável em relação ao capital constante, ou seja, passou-se a demandar quantidade de força de trabalho, estende:

A razão disso é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não apenas aumenta o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas o valor deles diminui em comparação com seu volume. Seu valor aumenta, portanto, de modo absoluto, mas não proporcionalmente a seu volume. O aumento da diferença entre capital constante e capital variável é, por conseguinte, muito menor do que o da diferença entre a massa dos meios de produção e a massa da força de trabalho em que são convertidos, respectivamente, o capital constante e o variável. A primeira diferença aumenta com a última, mas em grau menor. (MARX, 2010. p. 847)

É evidenciado nesta relação que conforme avança a produção se reproduz o caráter privado dos meios de produção. Então, se pode afirmar que nesta conjuntura não mais cabe ao homem prover sua sobrevivência de modo autônomo, mas sim condicionado a vender sua

energia vital, seu bem mais precioso, capacidade intelectual, sua força de trabalho a fim de garantir sua sobrevivência. O processo de reinserção do mais-valor no processo produtivo por um número cada vez maior de capitalistas em escalas cada vez maiores, faz com que a distribuição assuma proporcionalmente uma dada discrepância, onde a parte variável é cada vez menor que a constante, acirrando a concorrência por postos de trabalho.

Dado o momento em que a concorrência entre os capitais se acirrar, tende a prevalecer a “lei do mais forte” [...] “*Ela termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujo capitais em parte passam às mãos do vencedor, em partes se perdem.* [...] (MARX, 2010. p.852). Neste momento de concorrência e o crédito ele aponta como elementos essenciais ao avanço da centralização. Aponta uma tendência de que prevaleça superioridade econômica, e que, portanto, o progresso não depende de um crescimento positivo do capital social¹⁰.” [...] *É especialmente isso que distingue a centralização da concentração.* [...]” (MARX, 2010. p.852). Todavia, a centralização exerce um papel de destaque, pelo fato de que, paralelamente à burguesia industrial ascender (via exploração da classe trabalhadora) houve uma contribuição direta no avanço na organização dos processos de produção, afirma:

A extensão aumentada de estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a transformação progressiva de processos de produção isolados e fixados pelo costume em processos de produção socialmente combinados e cientificamente ordenados. (MARX, 2010. p.853)

As condições descritas proporcionam o desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico das máquinas e das matérias-primas envolvidas ao processo, materializando assim, uma redução da oferta de postos de trabalho, além de uma *superpopulação relativa*¹¹. A priori, uma vez ampliada a lógica de acumulação tendo sua expressão maior a produção de mais-valia, impacta diretamente no volume relativo dos meios de produção. E que promove conforme descrito acarreta alterações na composição orgânica do capital. O avanço contínuo e em escala ampliada, assim como, o aumento da produtividade intrínseca a este modo de produção, se fazem como a mola propulsora da acumulação capitalista. Esclarece Marx:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa

¹⁰“A média total das composições médias de todos os ramos da produção nos dá a composição do capital social de um país.”

¹¹“[...]Assim como a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supérflua.[...]”

superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. (MARX, 2010. p.858).

Principal agravante é o fato dos capitalistas terem o controle sobre o trabalho e por consequência sobre o destino da classe trabalhadora. A questão envolta à emergência desta superpopulação condicionada a esta lógica se manifesta segundo Marx, [...]“*A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho.*” [...] (MARX, 2010. p.868). Ele aponta a existência de três formas de materialização desta superpopulação divididas em: flutuante, latente e estagnada.

À primeira forma chamada de flutuante ele atribui o caráter da produção industrial, ou seja, os trabalhadores das fábricas, grandes indústrias, homens adultos, trabalho infantil. À Segunda ou à população latente implica o momento em que o capital se apropria da agricultura. A inserção de uma fração da população que migra do campo para as cidades, por não conseguir garantir sua existência mediante a descoberta de técnicas capitalistas destinadas ao aumento da produção. Por não conseguirem ser inseridas no processo produtivo no campo são obrigados a migrar para as cidades, onde as condições de existência são ainda mais precárias. E por último a superpopulação relativa estagnada, nesta por sua vez, estão atribuídos os trabalhadores que não conseguem uma ocupação regular e também onde se concentra a maior parte dos trabalhadores, estes não se inserem nem nas grandes indústrias e nem na agricultura. Discorre:

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. (MARX, 2010. p. 874).

Adentra as reflexões do economista suíço Sismondi:

Para Sismondi, “cada trabalhador pode produzir diariamente muito mais do que precisa para seu próprio consumo. Porém, ao mesmo tempo que seu trabalho produz a riqueza, esta o tornaria muito pouco apto para o trabalho caso ele mesmo estivesse destinado a consumi-la. (MARX, 2010. p. 879).

Portanto, pode concluir que o aumento da acumulação, assim como, as alterações na composição orgânica do capital, são frutos da discrepância intrínseca a esse modo de produção.

O aumento da produtividade materializada a partir do avanço da maquinaria que promove avanços na divisão do trabalho em detrimento ao desenvolvimento do capital constante, tende a pressionar o valor dos salários para baixo. Ao passo que, para o trabalhador “aceitar” esta condição implica a dominação por parte dos capitalistas sobre o proletariado, por serem os detentores das condições materiais necessárias a produção. Essa situação acaba por consumir o bem mais precioso do homem, a vida.

Precarizar suas condições de existência em todos os aspectos. A relação antagônica inerente a este modo de produção traz consigo de modo irreversível a pauperização da classe trabalhadora. Tende a culpabilizar o indivíduo por sua condição de miserabilidade, conforme argumenta Sismondi, grifado por Marx. A questão central está na premissa que se manifesta de modo irreversível a miséria do proletariado. E conclui, [...] “*Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.*”[...] (MARX, 2010. p.875).

1.1.1 Regime de acumulação do fordismo ao neoliberalismo

Devidamente apresentadas as condições inerentes ao modo de produção capitalista, é imprescindível discorrer sobre as fases que o mesmo implica num determinado momento histórico. Portanto, cabe considerar o importante papel da *Revolução Industrial* que iniciada na Inglaterra no século XIX, se alastrou pela Europa ocidental e Estados Unidos, que tiveram por resultado o modelo de produção em larga escala creditado a Henry Ford, que se denominou *Fordismo*. Para enriquecer o debate, serão apresentadas algumas contribuições presentes nos estudos do geógrafo americano David Harvey, quanto a este modelo de produção. As considerações de Harvey são importantes principalmente por desmistificar as alterações no contexto organizacional de cultura, controle e dominação dos processos de trabalho, costumes e hábitos de consumo, nas configurações políticas e geográficas, neste momento iniciam-se processos que passariam a atingir uma escala global.

Harvey (2008), data o início simbólico do fordismo em 1914. Este aponta sua importância histórica por datar alterações importantes na configuração do domínio e organização do trabalho. Avanços de tecnologias ocupantes da cadeia produtiva, conseqüentemente, mudanças radicais em todas as esferas da vida social, de produção e de

reprodução das relações econômicas e de sociabilidade dos indivíduos, naquele momento histórico. Cabe então, adentrar a discussão sobre os reflexos que as medidas adotadas por Henry Ford a priori, por representar um importante marco na história do capitalismo, em um segundo momento por ter se perpetuado até o início da década de 1970, sendo uma das bases que influenciaram as medidas advindas com o pensamento de Keynes que será aprofundado adiante.

Neste ano segundo Harvey (2008), Henry Ford adotou uma jornada de oito 8 horas e recompensa de cinco dólares para os trabalhadores da linha de montagem automática da sua linha de produção de carros. Ele aponta que, o mérito de Ford consistiu basicamente em racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho que havia se desenvolvido com o modelo corporativo de organização dos negócios. Estes se orientavam sob influência dos *Princípios da Administração Científica* de Taylor. Esses fundamentos segundo Harvey (2008), pretendiam “[...] *através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e de estudo de movimento* [...]” (HARVEY, 2008. p.121).

A consequência almejada era de um ganho na produtividade. Se por um lado, esta elevação tende a ampliar os lucros, por outro, e em contrapartida intensifica os meios de exploração e de exploração do trabalho e apropriação da mais-valia. Portanto, traz consigo o antagonismo intrínseco e inerente à relação capital x trabalho à indissociável condição de miséria do trabalhador, em escalas cada vez maiores. Um dos grandes trunfos em termos de estratégias e que já se difundia naquele momento em outras indústrias era a questão do desenvolvimento da estrutura técnica do trabalho. Ele aponta elementos como a separação entre gerência, concepção, controle, execução como elementos fundamentais. E destaca em relação a Ford:

O que havia de especial em Ford (e que em última análise distingue o fordismo do taylorismo) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética, uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade, democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2008. p. 121).

Essas alterações acarretariam a necessidade de promover alterações em todas as esferas da sociabilidade nas sociedades capitalistas. Harvey (2008), a fim de ilustrar essas mudanças remete às reflexões do filósofo italiano Antônio Gramsci que considerou sobre o “americanismo e o fordismo” [...] “*equilibraram ao “maior esforço” coletivo até para criar com maior*

velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. ”[...] (HARVEY, 2008. p. 121).

Harvey (2008), aponta que as alterações advindas com os novos métodos de trabalho caminhavam paralelamente à necessidade de tratar de um novo e específico modo de viver, pensar, e sentir a vida. Isto implica rever todas as dimensões na vida social como por exemplo: hábitos de consumo, lazer, educação, saúde, formas de coerção moral, ele sustenta que para Gramsci, fator essencial é o papel do Estado em “modelar” um novo tipo de trabalhador “adequado” ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo.

Neste sentido de disciplinar a força de trabalho cabe ressaltar a afirmação de Harvey:

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. (HARVEY, 2008. p. 122)

E completa:

Era tal crença de Ford no poder corporativo da regulamentação da economia como um todo que a sua empresa aumentou os salários no começo da Grande Depressão na expectativa de que isso aumentasse a demanda efetiva, recuperasse o mercado e restaurasse a comunidade dos negócios. (HARVEY, 2008. p. 122).

A crise de 1929 mencionada, teve como fatores determinantes a superprodução, subconsumo, especulação imobiliária que promovera a quebra da bolsa de Nova Iorque. Neste momento, a de crise estrutural de produção o capital, que ele apresentava sua face mais obscura, a de condição determinante que na mesma proporção que se acumula riquezas, promove também o acirramento da miséria, o pauperismo da classe trabalhadora. A ampliação da demanda advinda da classe trabalhadora por políticas sociais que atendessem as condições precárias da população era cada vez mais evidente. Emergia por parte da população a necessidade de reivindicar junto ao Estado que o mesmo assumisse o papel de mediador dos conflitos gerados pela grave crise da economia. O grande impasse neste momento era a metodologia da intervenção, Harvey aponta essa tendência ao afirmar:

Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e uso dos poderes do Estado. A crise manifestou-se fundamentalmente como falta de demanda

efetiva por produtos, sendo nestes termos que a busca de soluções começou. Com o benefício da compreensão *a posteriori*, é verdade, podemos ver com mais clareza todos os perigos representados pelos movimentos nacional-socialistas. (HARVEY, 2008. p. 122)

Neste sentido que deve acompanhar os princípios da intervenção do Estado, em linhas gerais, em 1933 o que ficou denominado como “*new deal*”, consistiu em um pacote de medidas de intervenção por parte do Estado americano, então representado pela figura do presidente *Franklin Delano Roosevelt*, medidas que posteriormente vieram a influenciar o pensamento do economista britânico *John Maynard Keynes*. Ele propôs um rompimento com as orientações liberais e passa a adotar a “intervenção do Estado na economia”, ou seja, em busca do pleno emprego, políticas de habitação, etc. Uma das grandes ações do *new deal* foi a adoção de grandes obras públicas, destruição de estoques de gêneros agrícolas, controle sobre os preços e a produção, diminuição da jornada de trabalho. Essas medidas tinham como principal missão gerar empregos na economia americana e assim retomar o consumo que havia se estagnado. No entanto o problema inerente à configuração dos poderes do Estado Harvey (2008), afirma que somente foram reafirmados após 1945, afirma:

O problema da configuração e uso dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado de distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crises foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se alinhou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas. (HARVEY, 2008. p.125)

Apresenta que o período do pós-guerra até 1973, foi determinante no quesito de desenvolvimento e expansão do capitalismo. Essas alterações, marcadas pela intervenção do Estado, alinhadas ao projeto de desenvolvimento produtivo que acarretou o fordismo, tiveram seu amadurecimento no período entre guerras. Os setores indicados por ele foram: construção naval, transporte público, aço, a borracha, petroquímicos, dentre outros. Encabeçado por Estados Unidos uma participação efetiva na reconstrução de economias devastadas pela segunda guerra.

Cada vez mais se fazia necessária a intervenção do Estado, assim como, a adoção de novos “pactos Keynesianos”. No entanto, a necessidade de se instituir novos poderes

institucionais, os capitais corporativos tiveram de esboçar novas estratégias visando uma lucratividade segura. Neste momento que o trabalho organizado passou a ter papel de destaque na expansão do projeto de se “mundializar”, afirma:

O equilíbrio de poder tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre trabalho organizado, o grande capital e a nação-estado, que se formou a base do poder da expansão do pós-guerra, não foi alcançado por acaso resultou de anos de luta. (HARVEY, 2008. p. 125)

De certo, que a dominação sobre os processos de trabalho não foi consensual [...] “o acúmulo de trabalhadores em fábricas de larga escala sempre trazia, no entanto, a ameaça de uma organização trabalhista mais forte e do aumento do poder da classe trabalhadora” [...] “dá a importância do ataque político a elementos radicais do movimento operário depois de 1945 [...] (HARVEY, 2008. p. 129).

Foi justamente o tensionamento por parte dos trabalhadores via retomada dos sindicatos no pós-guerra. Esses sindicatos que tinham como influência a organização dos trabalhadores da Europa, cabe destacar uma tendência “socialista”, que emergiam as condições para uma intervenção mais efetiva por parte do Estado em assegurar a hegemonia e expansão do modelo fordista-keynesiano, erguidos sobre orientação da racionalidade burocrática técnica. Através destes mecanismos de produção e consumo em massa que foi possível um [...] “crescimento econômico estável, com aumento dos padrões materiais da vida, através de uma combinação de estado de bem-estar social, administração econômica Keynesiana e controle de relações de salário”. [...] (HARVEY, 2008. p. 130).

Cabe então, apontar que as condições precárias da população passaram a ocupar um patamar de grande evidência na sociedade. A população passa a reivindicar junto ao Estado que o mesmo assumisse o papel de mediador dos conflitos sociais que emergiram durante a crise. Intervindo diretamente na economia e solicitando que houvesse mais investimentos em mecanismos de ajuda para a recuperação da ordem capitalista. Partindo do pressuposto da geração de mecanismos que garantiriam uma distribuição de renda de modo paritário, a defesa do cidadão do campo, alimentação, educação, saúde, habitação, etc.

Foram desenvolvidas políticas públicas visando acalmar os ânimos da população, incentivos a criação de empregos, leis de amparo ao trabalhador e muitos avanços nas leis trabalhistas existentes, dentre estas deve-se ressaltar a regulamentação da jornada de trabalho, salário mínimo, salário desemprego e demais benefícios.

Essas medidas foram tomadas com o intuito de desarticular a classe trabalhadora, de fazer com que estes abandonassem seu projeto revolucionário, além do temor que vinha das organizações de trabalhadores da Europa. Estas ações traziam a falsa impressão de que garantiriam ao proletariado uma ascensão nas condições de sobrevivência, um sentimento de bem-estar, assim acalmaram os ânimos exaltados da população. Em linhas gerais, o *Welfare State*, foi uma medida que colaborou para “amenizar” as falhas estruturais do capitalismo. Apenas com um caráter reformista, fato que não altera de maneira igualitária as condições de sobrevivência nesta lógica de reprodução.

Apresentada a “tendência cíclica” de expansão e declínio do capital, paralelamente o modelo de produção e consumo em massa de peculiar ao fordismo tinha no escopo um fim eminente; outra grave crise. Este momento Harvey (2008), indica já em meados da década de 1960. Como era de se esperar, em um dado momento as economias devastadas pelo período de guerras mundiais iriam se recuperar, compreendendo que: somente a demanda interna não seria capaz de prover a expansão desejada. Indubitavelmente, seria preciso “desenvolver mercados” para exportar seus excedentes.

O que cabe considerar neste contexto, é a questão de que nos países que tiveram avanços sociais, melhorias mesmo “modestas” no contexto do *Welfare State* pensado por Keynes mesmo que de maneira utópica almejando um “bem-estar coletivo”, novamente serão brutalmente atacados com a emergência do “neoliberalismo”, esta pauta será melhor apresentada na discussão a seguir.

1.2 Considerações sobre o Estado

A fim de compreender as condições que promoveram atual configuração das sociedades modernas capitalistas é de suma importância adentrar-se nas raízes históricas nas quais perpassam as reflexões propostas por ENGELS (1984), sobre a origem da família, propriedade privada e do Estado. Fundamentais pois, estes mediante a condição de agentes diretos que integram a configuração moderna de civilização e a concepção das estruturas de sociedades organizadas capitalistas. As contribuições sob uma perspectiva de análise materialista da história, em suma, um pontapé inicial à discussão referida a Engels, onde cabe destaque, as atuais condições impostas aos meios de produção e reprodução material da vida nesta

sociabilidade.

Cabe discorrer sobre os processos que permearam ao atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a gênese das instituições sociais, suas estruturas organizacionais, além é claro do Estado, como persona reguladora dos conflitos gerados pela incongruência nos interesses de classes com projetos antagônicos, conforme apresentado anteriormente e creditado a Marx.

Todavia é imprescindível salientar, o importante aspecto que implica a formação da família, que noutra momento da discussão apresentada como elemento essencial na constituição do Estado moderno. Em nota, cabe ressaltar o cuidado de Engels ao pautar em suas reflexões materialistas das origens da organização social da família como a concebemos. Pauta suas argumentações a partir nos estudos de MORGAN (apud ENGELS, 1984) sobre a evolução das sociedades humanas. O destaque sobre as considerações competentes as três épocas principais: Estado selvagem, a barbárie a civilização.

Sobre o Estado selvagem, argumenta que este período pode ser descrito em três fases: inferior, média e superior. A primeira no momento em que o homem ainda transitava por florestas, exercia uma ação direta com o meio natural, tinham uma alimentação baseada em frutos, raízes colhidas diretamente da natureza, em analogia a um conceito de espécie animal propriamente dita. A segunda fase perpassa o momento em que se passa a utilizar uma certa “racionalidade”. A alimentação passa incluir a caça e pesca, animais coletados com o uso de instrumentos brutos de pedras rudimentares. Lembrando papel essencial da descoberta do fogo, elemento indispensável ao preparo destes alimentos. E a terceira fase onde evoluíram ao uso de ferramentas como o arco e flecha. Estes contribuíram para o avanço da atividade de caça além de permitir a aquisição regular de alimentos trazendo ocupações rotineiras.

Quanto à barbárie aponta as mesmas três fases: inferior, média e superior. A primeira o grande marco se dá na confecção da cerâmica, a descoberta da argila tornou possível a construção de refratários que podiam ser levados ao fogo. Até o presente momento não é apresentado distinções entre os povos habitantes da Terra. No entanto é no período da barbárie que é posto indícios de distinções entre os continentes. A principal característica aponta o fato da domesticação de animais e do cultivo de plantas no oriente. Enquanto no ocidente apenas descreve vestígios de domesticação da Lhama. Na segunda fase o marcador é o avanço da domesticação de animais no ocidente, além do cultivo de hortaliças via sistema de irrigação e

o emprego de tijolos nas construções. As moradias neste momento eram basicamente feitas de madeira e o território das tribos protegidos por palhaças. Na terceira fase a evolução se deu no processo de fundição do minério de ferro e invenção da escrita. Esta por sua vez, trouxe consigo o mérito de materializar registros literários. Surge então o arado de ferro com tração animal, ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento da agricultura em grande escala. Cabe ressaltar o início da criação de artefatos artísticos a partir de metais, a construção da arquitetura como arte. Para sintetizar estes períodos à transição a civilização o grifo de Engels às afirmações de Morgan:

Por ora, podemos generalizar a classificação de Morgan da forma seguinte: *Estado Selvagem*. – Período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, pontos prontos para ser utilizados; as produções artificiais do homem são sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação. *Barbárie*. - Período em que aparecem a criação de gado e a agricultura, e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano. *Civilização*. - Período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte. (MORGAN apud ENGELS, 1984. p. 28.)

Dado uma breve ilustração sobre a questão antropológica que permeia as origens da civilização, seus meios de sobrevivência, as reflexões assumem a direção de como num determinado momento da história chegamos ao atual estado de calamidade. Conforme citado anteriormente o importante papel atribuído a condição de domínio dos detentores dos meios de produção, além da figura mediadora que irá prover as condições de hegemonia a perpetuação do modo dominante em vigor. Para esclarecer as considerações de Engels:

Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam uma sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas - ; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o *Estado*. (ENGELS, 1984 p.120).

A necessidade de se proteger as riquezas que começavam a se acumular, assim como dar manutenção os interesses destes grupos que a ser organizar com interesses comuns. Antes mesmo de discorrer quanto às devidas competências julgo como “justas e necessárias” na questão de responsabilidade no trato de organização das estruturas que suportam o aparato

burocrático responsável pela materialização dos direitos fundamentais e da propriedade. É imprescindível desmistificar aos interesses de quem esta instituição confere. Do que compete a entidade “Estado” enquanto uma organização estrutural que compete o papel de mediador ou administrador dos conflitos que emergem no seio das sociedades capitalistas modernas. Proponho a reflexão quanto a forma e os meios com quais essas estruturas institucionais são erguidas, perpassando pela condição do direito, da justiça atuando como “limitador” do poder do Estado, conseqüentemente na regulação e determinação dos papéis de produção e reprodução das relações sociais fundamentais à existência do gênero humano. Num sentido dinâmico, amplo, aplicados a essa lógica de organização mencionada. Mas principalmente apontar os atores protagonistas que promovem uma disputa de interesses nas sociedades capitalistas modernas, de um lado o Estado e de outro a sociedade civil. Para enriquecer o debate um convite ao pensamento clássico da filosofia, do filósofo alemão *Georg Wilhelm Friedrich Hegel*, devido sua influência na obra de seu conterrâneo Marx (2010), em *Critica da Filosofia do Direito de Hegel*, e também por demarcar o rompimento teórico de Marx com Hegel.

A gênese da análise então, se dá a partir da relação conflituosa entre os interesses particulares que ele associa a figura da família/sociedade civil, em contrapartida os interesses coletivos, ou seja, este compete ao mediador das relações, o Estado. Marx em suas considerações ao pensamento de Hegel aponta ambas como elementos estruturais na composição do Estado, portanto parte inerente ao seu funcionamento conforme apresenta:

A Ideia real, o Espírito, que se divide ele mesmo nas duas esferas ideais de seu conceito, a família e a sociedade civil, como em sua finitude” (portanto: a divisão do Estado em família e sociedade civil é ideal, isto é, necessária, pertence à essência do Estado; família e sociedade civil são partes reais do Estado, existências espirituais reais da vontade; elas são modos de existência do Estado; família e sociedade civil se fazem, a si mesmas, Estado. Elas são a força motriz. (ENGELS apud MARX, 2010. p. 31)

Em Hegel, o Estado é dividido em esferas particulares, onde há uma condição peculiar de subordinação e dependência, algo que remete ao necessário, em suas palavras uma “necessidade externa”. Alega que, a finalidade do Estado está condicionada ao zelo dos interesses dos indivíduos, ao passo que, estes por sua vez cabem nesta relação direitos e deveres, portanto se encontram numa relação convergente. O Estado, para ele, é a realização da vontade livre, racional. No entanto, cabe ressaltar o caráter que implica considerar outros agentes que promovem as relações de atuação destes agentes, como por exemplo, as relações de sociabilidades econômicas de produção, participação política, culturais que são determinantes

na materialização das condições de sobrevivência no presente momento histórico. Uma vez apresentado os atores destas relações, cabe então, compreender como se constitui o Estado moderno e os mecanismos que este utiliza para garantir a manutenção do sistema vigente.

1.2.1 Estado erguido sob o pensamento Neoliberal: considerações sobre a intervenção no país

Para debater as considerações inerentes à configuração que o Estado passa a assumir a partir das premissas do neoliberalismo é essencial a retomada do cenário que tornou possível sua emergência com tais características. Após a longa onda expansiva do capital alicerçado no fordismo-keynesiano chegaria ao momento de declínio, este fato se concretizou na década de 1970. Novamente outra crise se consolidaria, e a repercussão tomaria dimensões globais. Antes de discutir as causas e consequências deste fenômeno, a definição de Harvey (2007), sobre o *neoliberalismo*:

O neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria sobre práticas de política que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional apropriado a tais práticas. (HARVEY, 2007. p. 2)

Para Harvey (2007), sob esta concepção o papel do Estado está no âmbito de tratar questões monetárias, controle da integridade da moeda, controle militar, polícia. Enfim, em linhas gerais, zelar pela integridade das estruturas jurídicas de controle social cabíveis a garantia e manutenção da propriedade privada, promovendo o “funcionamento livre dos mercados”.

A intervenção do Estado deve se dar somente de forma mínima, e em áreas como educação, saúde, previdência social, poluição ambiental. Cabe ressaltar, que nesta orientação a intervenção do Estado na economia deve ocorrer somente em situações extremas, portanto, intervenções somente devem ocorrer em ocasiões do mercado não atender as demandas. O mercado deve orientar os fluxos de desenvolvimento e se autorregular. No entanto, no momento atual são áreas com grande potencial de lucratividade. LAURELL (2008), completa:

Os neoliberais também sustentam que o intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta dos contribuintes, mas sobretudo porque desestimula o capital

a investir e os trabalhadores a trabalhar. Além disso, é ineficaz e ineficiente: ineficaz porque tende ao monopólio econômico estatal e a tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado; e ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piora-la com a derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade. E para completar, imobilizou os pobres, tornando-os dependentes do paternalismo estatal. Em resumo, é uma violação à liberdade econômica, moral e política, que só o capitalismo liberal pode garantir. (LAURELL, 2008. p. 162)

A fim de ilustrar o atual cenário o autor aponta em direção as mudanças que ele caracteriza como determinantes nas práticas político-econômicas e no pensamento que acompanhou as medidas adotadas pela Grã-Bretanha e Estados Unidos. Liderados por seus líderes respectivamente *Margaret Thatcher* e *Ronald Reagan*. Harvey (2007), aponta um elemento determinante na hegemonia deste modelo. O controle sobre os diversos aspectos da vida social, a afirmação a seguir clareia a afirmação:

Os defensores do caminho neoliberal ocupam agora posições de considerável influência na educação (universidades e muitos *think-tanks*), na mídia, nos conselhos empresariais e instituições financeiras (órgãos do tesouro, bancos centrais) e também nessas instituições internacionais como FMI e OMC, que regulam as finanças e o comércio global. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como um tipo de discurso, disseminando-se pelos modos de pensar e pelas práticas político-econômicas a ponto de se incorporar ao senso comum com o qual interpretamos, vivemos e compreendemos o mundo. (HARVEY, 2007. p. 2)

Completa:

A criação desse sistema neoliberal implicou obviamente muita destruição, não somente para as estruturas e poderes institucionais (como uma suposta existência prévia de uma soberania estatal sobre os assuntos político-econômicos), mas também sobre as relações estruturais da força de trabalho, relações sociais, políticas de bem-estar social, arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais. (HARVEY, 2007. p. 3)

A pergunta que surge em meio a tantas questões que indicam uma clara tendência de um acirramento das desigualdades, como é concebida a hegemonia destas orientações político-econômicas? Harvey (2007), orienta, “[...] *é necessário que a enunciação de conceitos fundamentais esteja profundamente enraizada no senso comum a ponto de ser tomada como certa e fora de todo questionamento.* [...]” (HARVEY, 2007. p. 3). Para esta tarefa os princípios que nortearam as revoluções liberais burguesas de “*liberdade, igualdade e fraternidade*” o grande impasse se manifesta na condição de que no campo teórico se apresenta como um bom argumento. Mas na realidade se concretiza na condição de miséria da classe trabalhadora.

Para o Harvey 2007, discurso dos pensadores neoliberais se apropriaram com exímia sabedoria dos ideais políticos, dos direitos individuais, e da liberdade como “sacrossantos”, “valores centrais” da civilização. Afirma que estes valores estariam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras ou pelo comunismo. Mas, [...] “*por todas as formas de intervenção estatal que substituíram pelo julgamento coletivo a liberdade de escolha dos indivíduos.*” [...] (HARVEY, 2007. p. 4).

LAURELL (2008), apresenta um dos pilares que sustentam a afirmação do discurso dos defensores do pensamento neoliberal de Hayek e Friedman Von Mises, quanto a crise:

Sua explicação parte do pressuposto de que o mercado é o melhor mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos. De onde se conclui que todos os processos que apresentam obstáculos, controlam e suprimem o livre jogo das forças do mercado terão efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e a liberdade dos indivíduos. (LAURELL, 2008. p. 161)

Justamente sustentando o argumento da tese de indivisibilidade, que imperialismo liderado pelo Estados Unidos difere ataques fulminantes em nações de todo mundo, a fim de garantir sua hegemonia quanto maior potência mundial. HARVEY (2007), nos convida a refletir na atualidade sobre a dimensão e como são “proliferados” esses ataques. Através de dois exemplos na contemporaneidade, o caso do Iraque e do Chile.

O primeiro caso, cabe avaliar o caráter coercitivo [...] “*Bush começou a recorrer cada vez mais frequentemente a ideia que a liberdade oferecida ao Iraque valia por si mesma como justificativa para a guerra.*” [...] (HARVEY, 2007. p. 4-5). Na verdade, segundo Harvey (2007), o grande objetivo dos Estados Unidos em suas ações militares no Iraque era:

Claramente, um completo aparato de Estado neoliberal, cuja missão fundamental era e é facilitar as condições para lucratividade e acumulação de capital para todos os envolvidos, iraquianos e estrangeiros. Em suma, esperava-se que os iraquianos conduzissem seu cavalo da liberdade diretamente para o curral do neoliberalismo. (HARVEY, 2007. p. 5).

A discussão sobre privatização, financeirização, o manejo e manipulação da crise e a redistribuição do Estado será aprofundada a seguir. Neste momento, esses elementos emergiram a partir da análise conjuntural das reformas impostas aquele país. Foram ações demasiadamente agressivas não somente no sentido de desarticulação política como aponta [...] “*Proibiram-se as greves e foram postos fora da lei os sindicatos em setores chaves da economia* [...] (HARVEY, 2007. p. 5). Mas também ramificados em todas as esferas sociais, e de estrutura

organizacional do Estado adentra:

[...] A resposta dos Estados Unidos deu-se a conhecer no dia 19 de setembro de 2003, quando *Paul Bremer*, chefe da Autoridade Provisória da Coalizão, promulgou quatro diretivas que incluíam “a privatização completa das empresas estatais, a remessa integral de lucros estrangeiros... a abertura dos bancos do Iraque ao controle estrangeiro, aplicação de regras nacionais para empresas estrangeiras e ... eliminação de quase todas as barreiras” (JUHASZ, 2004) [...] [...] As ordens deveriam ser aplicadas a todas as áreas da economia, incluindo os serviços públicos, mídia, indústria, serviços, transportes, finanças e construção civil. [...] (HARVEY, 2007. p. 5).

O segundo caso, a situação vivenciada no Chile que remete a um passado não muito distante, mas com condições determinantes na compreensão das estratégias usadas para a dominação e hegemonia americana. Não por coincidência, situação parecida com a descrita no caso do Iraque, já foram utilizados noutros momentos. O golpe de estado no Brasil em 1964, serve como exemplo, e no caso chileno quase uma década depois ilustrado por Harvey (2007), destaca a estratégia norte-americana em desarticular as organizações políticas que possam representar ameaças ao seu projeto. Ele aponta no ano de 1973 o forte apoio americano através do seu serviço de inteligência a CIA, no golpe de Estado contra o governo de Salvador Allende, ele aponta que este golpe:

Reprimiu violentamente todos os movimentos sociais e organizações políticas de esquerda, desmantelando todas as formas de organização popular (como os centros de saúde comunitários nos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi ‘liberado’ de constrangimentos regulatórios e institucionais (por exemplo, o poder dos sindicatos). (HARVEY, 2007. p. 6).

O caso chileno é imprescindível na compreensão da difusão do pensamento neoliberal por representar na América latina um ponto de partida, mas principalmente por exemplificar a austeridade e poder coercitivo do Estado ditatorial. Ele atribui evidentemente os ataques as ações ao pacote de medidas implementado por um grupo de economistas que formularam a política econômica na ditadura do General Pinochet, ficaram conhecidos por *Chicago Boys* pela influência e concordância com a teoria neoliberal de *Milton Friedman* que na época era professor na Universidade de Chicago. Segundo Harvey:

Eles o fizeram seguindo a lógica do livre mercado, privatizando os ativos públicos, liberando os recursos naturais para a exploração privada e facilitando o investimento estrangeiro direto e o livre comércio. Garantiu-se o direito das companhias estrangeiras em repatriar os seus lucros nas operações chilenas. Favoreceu-se o crescimento voltado para a exportação, em vez da substituição de importações. O subsequente revigoramento da economia chilena em termos de taxa de crescimento, acumulação de capital e altas taxas de retorno dos investimentos financeiros produziu as evidências a partir das

quais se modelaram as políticas mais abertamente neoliberais na Inglaterra (sob Thatcher) e nos Estados Unidos (sob Reagan), em um segundo momento. (HARVEY, 2007. p. 6)

No entanto, notadamente as reformas inerentes ao avanço das medidas neoliberais tendem a afetar diretamente a população que mais carece da intervenção estatal. Indubitavelmente é necessário pontuar os mecanismos utilizados a fim de garantir a hegemonia norteadora deste projeto. Uma das primeiras medidas compete a questão da privatização, está por ser uma das principais vias de legitimação do projeto neoliberal, por se consolidar na evidente forma de repasse de atribuições do Estado à iniciativa privada no escopo da lucratividade.

O grande impasse, portanto, remete ao modo com o qual o Estado neoliberal se organiza, pois, a austeridade das medidas aplicadas tendem a promover um abismo cada vez maior entre ricos e pobres. Agindo diretamente no que deveria ser garantido como direitos, afetando concomitantemente a proteção social. Harvey (2007), afirma:

A corporativização, a comoditização e a privatização de ativos agora públicos são traços marcantes do projeto neoliberal. Seu objetivo primeiro foi criar novos campos para a acumulação de capital em domínios até agora considerados fora dos limites do cálculo de lucratividade. Serviços públicos de todos os tipos (habitação popular, educação, saúde pública, previdência social), instituições públicas (como universidades, centros de pesquisa, prisões. (HARVEY, 2007. p. 19)

Inegável que o posicionamento adotado pelo Estado de permitir que as relações sejam reguladas pelo mercado, implica de maneira negativa diretamente no cotidiano e nas condições cada vez mais precárias de sobrevivência da classe trabalhadora. Tende a segregar cada vez mais Laurell (2008), adentra:

A forma de o Estado liberal organizar a proteção social ocasiona vários efeitos. De um lado, constitui um mecanismo que disciplina os trabalhadores, pois condiciona a proteção social a contribuição salarial. Por outro, provoca importantes desigualdades sociais e de consumo. Dessa forma, dependendo do conteúdo concreto das políticas sociais, provoca uma estratificação social entre os trabalhadores, por exemplo, entre os rurais e os urbanos, entre assalariados e não-assalariados, entre os de salários alto e baixo (estigmatizando particularmente os mais pobres), entre os sexos, entre as diferentes faixas etárias, entre famílias com filhos e sem filhos etc. (LAURELL, 2008. p. 158)

Se por um lado, a condição de regulação social ser vinculada ao mercado promove segundo Harvey (2007), um estilo especulativo e predatório nas transações financeiras nos

mercados internacionais. Estas por sua vez, acabam por se firmar como principais mecanismos utilizados no manejo e manipulação das crises intrínsecas ao capitalismo financeiro. Pois através deste controle são articuladas as artimanhas que permeiam a relação de dependência entre os polos em desenvolvimento e os países desenvolvidos, conforme aponta:

A desregulamentação permitiu ao sistema financeiro tornar-se um dos principais centros de atividade redistributiva por meio da especulação, predação, fraude e gatunagem. Liquidação de ações, esquemas Ponzi, destruição estruturada de ativos por meio de inflação, desmembramento de ativos por meio de fusões e aquisições, a elevação de dívidas públicas a ponto de reduzir populações inteiras (mesmo de países capitalistas avançados) à servidão por dívidas, para não mencionar as fraudes empresariais a desapropriação dos bens (o ataque aos fundos de pensão e sua liquidação graças a desvalorização de ações e quebra de empresas) por meio de manipulação de crédito e de ações – todos esses mecanismos se tornaram marcas centrais do sistema capitalista financeiro. (HARVEY, 2007. p. 20)

O grande trunfo destas ações consistiu basicamente em utilizar de uma nova roupagem do liberalismo travestido em argumentos voltados a “receitas mágicas” para solucionar as recorrentes crises econômicas. Uma destas artimanhas segundo Harvey (2007), é o acionamento da ‘armadilha da dívida’ para assegurar a acumulação por expropriação conforme aponta [...] *A criação, manejo e manipulação de crises no cenário mundial tornou-se uma fina arte de redistribuição deliberada de riqueza dos países pobres para os ricos* [...] (HARVEY, 2007. p. 21). Laurell (2008), acrescenta:

Na sua tentativa de gerar “confiança” nos investidores e reconstituir a taxa de lucro, o neoliberalismo promove com suas políticas uma acelerada redistribuição regressiva da riqueza. Como resultado direto do desemprego ou do subemprego, do arrocho salarial e de medidas fiscais regressivas, o neoliberalismo provoca então um processo maciço de empobrecimento e uma crescente polarização da sociedade entre ricos e pobres. (LAURELL, 2008. p. 166)

Portanto, questão central no projeto e implementação da política social neoliberal perpassa a questão da regulação via mercado, ou seja, a privatização no escopo de alavancar a acumulação de capital. Tem como premissa proporcionar cenários favoráveis aos investimentos privados em setores essenciais ao bem-estar social, como por exemplo, saúde, educação, sistema penitenciário, dentre outros, os transformando em atividades econômicas rentáveis.

No caso do Brasil, se por um lado a Constituição Federal de 1988, representava por parte da classe trabalhadora a esperança de tempos melhores, avanços na representação das camadas populares, que emergia através de movimentos populares. Como por exemplo,

movimento dos trabalhadores das e indústria e também os sem-terra, o movimento Diretas Já, otimistas de que haveria melhorias nas condições de vida, acesso aos direitos fundamentais. O sociólogo Florestan Fernandes indica o caráter conservador do projeto político que a classe dominante apoiou na pretensão de nortear e organizar a sociedade civil e o Estado brasileiro. Sobre o processo constituinte brasileiro, afirma:

Aceitou a dominação indireta como uma vantagem histórica, privilegiando a preservação das estruturas coloniais de produção e estratificação social. A Magna Carta não se vinculou ao liberalismo anticolonialista, mas ao absolutismo da coroa e a um modelo de sociedade civil que restringia a monarquia constitucional a vontade política dos senhores de escravos. Essa é a raiz de nossa tradição constitucional, impregnada de modernismo importado e de formalismo jurídico avançado, porém um biombo para excluir os homens pobres livres da sociedade civil e para dar continuidade à existência e à sobrevivência da escravidão, com as novas perspectivas que se abriam a uma economia satelitizada e exportadora. (FERNANDES, 2014. p. 73)

Uma grande expectativa se criou em torno do processo constituinte, como de fato ele promoveu na teoria avanços em relação à períodos anteriores, mas foram limitados e tardiamente efetivados, quando efetivados. Todavia, há de se frisar a limitação nos avanços concretos e ponderar a relação antagonica de interesses, conforme destaca:

Não existe uma consciência constitucionalista, porque não existe uma sociedade civil que associe o modo de produção capitalista à necessidade histórica das várias revoluções burguesas (como a revolução nacional, a transformação estrutural capitalista no campo, a revolução urbana e a revolução democrática). A nossa modernização política se reduziu à importação de uma tecnologia estatal de dominação de classe. (FERNANDES, 2014. p. 73)

A maior frustração para o povo brasileiro foi acreditar no messianismo da comissão constituinte, que as leis seriam imediatamente cumpridas e as desigualdades extintas. Tido os interesses divergentes vis-à-vis que o modo de produção capitalista historicamente não tende a alterar sua essência, mas sim “reinventa-la”, esclarece:

Os constituintes estão diante de uma tarefa impossível, quando pensam no que fazer do ponto de vista popular. Um povo desiludido, que confiou muito no governo e sofreu todas as decepções possíveis diante da “Nova República”, agora espera da Assembleia Nacional Constituinte um milagre que a ela não cabe realizar. “Vejam se vocês resolvem as coisas. ” “Deem um jeito no Brasil. ” “A Constituição é a última esperança. ” Etc. (FERNANDES, 2014. p.114)

No entanto, não muito após a consolidação da Carta Magna, em 1989, com a eleição do presidente Fernando Collor de Melo os primeiros ataques no caminho de uma ofensiva

neoliberal no Brasil se põem. Vejo como pertinente as considerações de Luiz Carlos Bresser Pereira, ao jornal Folha de São Paulo no início da década de 1990, como prefácio do que estaria por vir com o Plano Diretor da Reforma do Estado, arquitetado posteriormente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no escopo de construir um Estado “social-liberal”. Aponta:

As eleições de 3 de outubro e 25 de novembro ocorreram ao mesmo tempo que o governo Collor vai delineando seu perfil político. Para um grande número de intelectuais de esquerda, esse perfil estaria identificado ideologicamente com a direita neoliberal. Na medida em que Collor, na sua campanha eleitoral e agora no governo, promove a liberalização comercial e a privatização, na medida em que defende a ideia que a coordenação da economia caiba antes ao mercado do que ao Estado, ele seria um neoliberal. (PEREIRA, 2016. p. 1)

No sentido de compreender os movimentos oriundos ao Plano Diretor da Reforma do Estado - MARE, é fundamental ter em mente o escopo deste projeto, além dos protagonistas deste espetáculo. Behring (2003), indica o relevante papel de Luiz Carlos Bresser Pereira na direção da equipe responsável em desencadear o que ela denomina Contrarreforma. Uma Contrarreforma, pois, a expressão ‘reformatar’ caminha no sentido de se aprimorar algo, e as ações mencionadas tendem ao retrocesso no que compete ao acesso à direitos, ao acesso às políticas sociais. Então, se faz imprescindível elencar os argumentos utilizados a fim de fundamentar tais ações. A autora aponta o argumento da crise fiscal advinda nos anos de 1980, ampliação da dívida externa e as práticas de populismo econômico.

As justificativas de Bresser segundo Behring (2003), são essencialmente voltadas a disciplina fiscal, privatização e liberação comercial, ou seja, defende um processo de transição ou superação do Estado mínimo (neoliberal) para o que ele chama de “uma experiência social-liberal”. Segundo esta proposta, é preciso uma reconstrução do Estado (reformas), fundamentalmente sustentada pelo mercado. Onde o Estado, ainda provê em partes suas responsabilidades na área social, mas contratando os serviços. Em outras palavras nada mais é do que mascarar um processo de privatização em todos os campos, inclusive nas áreas sociais. Afirma:

Ao Estado cabe um papel de coordenador suplementar. Se a crise se localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, há que reformar o Estado, tendo em vista recuperar a governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar). A perspectiva da reforma é garantir taxas de poupança e investimento adequadas, eficiente alocação de recursos e distribuição de renda mais justa. O lugar da política social no Estado social-liberal é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros, serão

contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas. (BEHRING, 2003. p. 173)

Behring (2003), aponta as considerações de Bresser quanto a definição de um Estado social-liberal, para ele se trata de um Estado comprometido com os direitos sociais, adquiridos no decorrer da história, mas liberal por segundo ele, ter como principal via para solucionar os decorrentes problemas sociais através do mercado. Argumenta que o mercado é um fator imprescindível por vivermos um momento de globalização e intensa concorrência entre as nações peculiares deste momento histórico, portanto, o mercado é a melhor via para sanar a demanda atual.

Para justificar a tese que o mercado é a melhor opção para gerir as relações econômicas defende que os argumentos da esquerda são “arcaicos e populistas” os principais argumentos são os seguintes:

Orientar o desenvolvimento para o mercado interno; proteger a indústria nacional; incrementar o desenvolvimento tecnológico como elemento complementar a substituição das importações; justificar o déficit público, quando há capacidade ociosa e desemprego, rejeitando qualquer ajuste fiscal; interpretar as taxas de juros como conspiração dos bancos e da especulação; dizer que o aumento de salários não aumenta a inflação e que o aumento do salário real é redistributivo numa economia com alta concentração de renda; afirmar que as empresas estatais são eficientes mas não são rentáveis, porque seus preços são artificialmente deprimidos; e por fim, o “equivoco maior” - defender que a coordenação econômica pelo Estado tende a ser mais eficiente do que pelo mercado. (BEHRING, 2003. p. 174)

Portanto, Behring (2003), adentra as considerações propostas à fim de justificar o que eles alegam como causa da crise, e a ineficiência do Estado, uma proposta reconstrução do Estado por um viés reformista. O primeiro ponto, ou seja, elemento central na discussão pautada no raciocínio social-liberal de Bresser, compete a superação da crise fiscal. Para Bresser, segundo Behring 2003, a crise fiscal que eclodiu na década de 1980 se sustenta a priori em cinco elementos fundamentais: déficit público; poupanças públicas negativas ou muito baixas; dívida interna e externa excessivas; falta de crédito do Estado e pouca credibilidade do governo.

Estes foram os principais argumentos que nortearam a “modernização do Estado brasileiro”, através do que foi chamada de reforma gerencial do Estado e foi incorporado pelo governo de FHC pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE). O PDRE, foi implementado como um pacote de reformas adotadas pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), através da EC (Emenda Constitucional) nº 19, de 19/06/1998.

O objetivo por trás da Contrarreforma é estabelecer para a máquina pública diretrizes

de funcionamento similares ao funcionamento empresarial, ou seja, uma perspectiva de controle gerencial visando aumentar a eficiência e eficácia do Estado, conforme evidencia:

A perspectiva gerencial introduz a eficiência e a qualidade como cultura na administração pública, inspirada nos elementos da gestão empresarial. O controle se faz pelos resultados, e não pelos processos, sem abrir mão da profissionalização do funcionalismo, tal como na orientação burocrática. É uma estratégia que conduz à uma competição administrada no interior do Estado e que envolve: definição precisa dos objetivos a serem atingidos pelas instituições, autonomia na gestão dos recursos financeiros e humanos; controle e cobrança a posteriori dos resultados. Com isso, a proposta aponta para a flexibilização e a descentralização das decisões, o que, espera-se, vai aumentar a eficiência do Estado. (BEHRING, 2003. p. 179)

Para Behring 2003, os idealizadores da Contrarreforma do Estado alegam que a Constituição Federal de 1988 engessou o aparelho do Estado. Afirmam que as medidas como “[...] *o regime jurídico único, a estabilidade para os servidores civis, e a aposentadoria integral nos serviços públicos* [...]” provem privilégios e inflam a máquina pública. O argumento segue no sentido que “[...] *a Constituição tirou capacidade operacional do governo* [...]”. (BEHRING, 2003. p. 180). Para os autores do plano, segundo Behring 2003, o diagnóstico é fundado em três dimensões.

A primeira delas segundo Behring (2003), consiste na dimensão institucional-legal, esta por sua vez, indica que a Constituição e o direito administrativo brasileiro privilegiam o modelo burocrático tradicional. A Segunda dimensão, incide na premissa que a descentralização preconizada da Constituição, pois, esta “[...] *dá maior estatuto aos estados e municípios, o que caminham em ritmo lento, porque existe uma crença que a União deve promover o bem-estar social.* [...]”. E por último a alegação do elevado custo com despesas de pessoal, e com os inativos, “[...] *Esse aspecto é essencial no projeto de reforma, já que se configura como elemento fiscal explosivo e, para os autores injusto – trata-se dos “privilégios” tão alardeados.* [...]” (BEHRING, 2003 p. 181).

Fica evidente nos argumentos apresentados, o direcionamento tendencioso de se atribuir ao mercado responsabilidades inerentes a União. Os momentos de crises estruturais de acumulação de capital, oportunamente acabam por promover novas estratégias destinadas a retomada do crescimento, e tem como consequência ataques diretos nos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Retrocessos no que compete aos direitos adquiridos, perda da soberania nacional, além de intensificação da dependência das economias mundiais, e do capital internacional, presentes em entidades reguladoras como FMI e Banco Mundial.

A intervenção mínima do Estado pressupõe atribuir aos capitalistas o destino da classe trabalhadora nacional,

Do ponto de vista da lógica do capitalismo contemporâneo, a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social vê-se fortemente tensionada: pelas estratégias de extração de superlucros, com a flexibilização das relações de trabalho, onde se incluem as tenências de contratação de encargos sociais e previdenciários, vistos como custos ou gastos dispendiosos; pela supercapitalização – com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, onde incluem-se saúde, educação e previdência; e, especialmente, pelo desprezo burguês pra com o pacto social dos anos de crescimento, agora no contexto da estagnação, configurando um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo. (BEHRING, 2003. p. 214)

Portanto, uma sociedade erguida sob estes pilares não condiz com os anseios da coletividade e não deixa de se evidenciar a necessidade de superação deste momento histórico. Na próxima sessão algumas considerações sobre as possibilidades serão acrescentadas ao debate.

1.3 Emancipação política e emancipação humana

Dada as circunstâncias históricas acima descritas, que proveram o caótico cenário político e o acirramento constante das expressões da questão social, resultado das relações econômicas de produção, que assolam a vida da classe trabalhadora e que exponenciam as desigualdades em todo o mundo. Cada vez mais se faz imprescindível, a preocupação em libertar de fato a classe trabalhadora que é a produtora da riqueza em todo o mundo.

Indubitavelmente é preciso recorrer ao termo emancipar no seu sentido mais puro, em direção à liberdade completa do gênero humano. Libertar-se do tormento do trabalho, ou melhor, da exploração do trabalho, na sociabilidade capitalista, porém reconhecendo que o trabalho é o complexo fundante do ser social, isto é, uma condição necessária para prover a sobrevivência do gênero humano, portanto, que acompanhará o homem ao longo da sua existência. A proposição em pauta, é materializada no desejo de que haja tempo disponível para realização de atividades que promovam a realização plena do ser humano.

A Condição de emancipação humana pensada por Marx, perpassa à necessidade da emancipação política, a tomada do poder político a fim de uma libertação efetiva da dominação e exploração por parte dos capitalistas sobre a classe trabalhadora. É fundamental desmistificar

as relações envoltas à sociedade civil burguesa com o Estado, ou seja, o poder político e a sociedade civil em si. Adentrar nas competências da sociedade civil, o papel das entidades religiosas, além das entidades burocráticas, figurando à questão do direito tido como garantidor da propriedade privada. Mas principalmente o que considero fator de maior relevância, e fato propulsor deste trabalho, o processo de educar sendo utilizado a fim de promover a difusão do conhecimento no sentido de esclarecer as verdades que são ocultadas das pessoas, do cenário da exploração e do distanciamento do espírito de coletividade. A necessidade de levar o conhecimento no escopo de libertar, emancipar, o proletariado, através do reconhecimento de classe e da força que emerge nos galpões das indústrias modernas.

O Engenheiro Fernando Alcoforado, contribui com reflexões acima mencionadas à questão da sociedade civil burguesa nos moldes nos quais temos na atualidade, remetem ao seu ponto representativo mais alto, ou seja, a revolução burguesa iniciada na França em 1789, por demarcar simbolicamente a passagem para o período histórico contemporâneo. Esta revolução tinha por finalidade romper com monarquia absolutista francesa, onde, o grande trunfo inicial de demonstração do poderio revolucionário, foi queda da Bastilha, prisão onde detinham os inimigos políticos do rei. Conduzida nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, historicamente foi demarcado então, talvez um dos principais feitos daquele processo revolucionário que nos dias atuais influencia os textos constitucionais de diversos países. Através da Assembleia Nacional Constituinte, foi desenvolvida um documento, a declaração dos direitos do homem e do cidadão, somente concluída no ano de 1791. Destaque como principais elementos: 1) Igualdade jurídica entre os indivíduos; 2) Fim dos privilégios do Clero e da Nobreza; 3) Liberdade de produção e comércio; 4) Liberdade de crença; 5) Separação do Estado e da igreja; 6) Criação dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário).

Deste modo, se faz necessário compreender o pensamento de uma das principais influências no campo do pensamento político moderno e objeto de crítica teórica pensada por Marx, o filósofo alemão *Georg Wilhelm Friedrich Hegel*. Este é considerado um dos principais filósofos da história. O economista Leonardo de Deus, em seu trabalho de conclusão acadêmica (2005), indica elementos essenciais a serem acrescentados ao debate. O primeiro deles pode ser apontado como a indicação do rompimento teórico de Marx com Hegel, evidenciado na seguinte afirmação:

Do exame da Crítica de 43 emerge a constatação de uma ruptura de Marx com Hegel, já em 1843, algo que nem sempre se leva em consideração ao se adotar

de forma imediata a fórmula de Lênin sobre as três fontes do pensamento marxiano. Isso seria admitido pelo próprio Marx em 1867, no prefácio de *O Capital*. O desdobramento imediato da ruptura foi a constatação feita por Marx da inversão que Hegel promove entre os polos determinantes da vida política. Para Hegel, o Estado seria a esfera determinante em relação à sociedade civil e à família, o Estado seria o polo ativo, enquanto família e sociedade civil seriam esferas determinadas, passivas. (DEUS, 2005. p.12)

Segundo o autor, se refere à questão da forma com que é tida as estruturas do Estado, ou seja, o envolvimento com a questão política. O autor aponta a um elemento crucial no qual se debruça o papel do Estado ao afirmar que o rompimento teórico de Marx com Hegel. Segundo Deus (2005), o rompimento incide em uma questão filosófica, na perspectiva de trato e finalidade do Estado. A crítica está na consideração que o discurso hegeliano é equivocado, pois, existe uma inversão na materialização de ser e pensar, ou seja, em considerar a categoria elevada do ser e objeto específico assume uma competência secundária. Ao passo que, ao ser, se torna uma mera manifestação da ideia que assume uma lógica extrínseca, conforme observado no grifo:

[Em Hegel – LGD] O verdadeiro interesse não é a filosofia do direito, mas a lógica. O trabalho filosófico não consiste em que o pensamento se concretize nas determinações políticas, mas em que as determinações políticas existentes se volatilizem no pensamento abstrato. O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica. (MARX, 1843, p. 38, apud, DEUS, 2005, p. 12)

Sua obra abarca importantes considerações sobre o Estado, não somente em sua forma idealizada, mas como a extensão de interesses e suporte ao desenvolvimento do Estado burguês na sociedade capitalista. Vide grifo:

Do ponto de vista teórico, Hegel é o primeiro a fixar o conceito de *sociedade civil* como algo distinto e separado do *Estado Político*, coexistindo com este (e não substituindo o estado de natureza). Em Hegel, a sociedade civil é definida como um sistema de necessidade em que se desenvolvem as *relações e atividades econômicas* – um sistema de mútuas dependências individuais recíprocas, em que os indivíduos satisfazem suas necessidades através do trabalho, da divisão do trabalho e da troca – e as *regulamentações jurídicas administrativas* em que os indivíduos asseguram a defesa de suas liberdades, da propriedade privada e de seus interesses a administração da justiça, da polícia e das corporações, sendo assim a esfera dos interesses privados, econômico-corporativos. (MONTAÑO ; DURIGUETTO, 2010. p.31.)

O grande impasse emerge então nas ramificações estruturais da organização social em que a lógica do capital é predominante, ou seja, a regulação administrativa perpassa a questão do direito como principal via de acesso à justiça e manutenção do sistema. Interagido no sentido

garantir a hegemonia do capital, cabe ressaltar um elemento importante no processo de garantir a hegemonia da lógica do capital, destaque na utilização da religião como estratégia no processo de alienação, mas principalmente a correlação nas esferas do poder na sociedade burguesa.

Assegurar o funcionamento do sistema e sua legitimidade envolve não somente a questão da força coercitiva da polícia ou da justiça, a intercessão religiosa assume um papel de destaque na relação doutrinação e alienação dos povos em pró do capital. Esta é importante porque se destaca como uma das principais forças na hierarquização do poder e influência na política. Sobre o papel da religião é cabível a afirmação:

A dissociação do homem em judeu e cidadão, em protestante e cidadão, em homem religioso e cidadão, essa dissociação não é uma mentira frente a cidadania, não constitui uma forma de evitar a emancipação política, mas é a própria emancipação política; ela representa o modo político de se emancipar da religião. No entanto: nos períodos, em que o Estado político é gerado por meio da violência como Estado político a partir da sociedade burguesa, em que a autolibertação humana procura realizar-se sob a forma da autolibertação política, o Estado pode e deve avançar até a abolição da religião, até a destruição da religião; porém, somente na medida em que avance até a abolição da propriedade privada, até o maximum, até o confisco, a taxação progressiva, em que avance até a abolição da vida, até a guilhotina. (MARX, 2010. p. 42)

A afirmação acima indica claramente o posicionamento de Marx quanto a necessidade de superação desta ordem, para que tenhamos uma sociedade emancipada é fundamental abolir a propriedade privada, pois advém dela a premissa que o direito humano na ordem do capital nada mais é do que o direito à propriedade privada. Portanto, a base de sustentação da sociedade burguesa é o interesse individual, o egoísmo, que somente faz afastar os homens dos princípios de coletividade e bem-estar da comunidade, conforme destaca:

O direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo. A aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à propriedade privada. (MARX, 2010. p.49)

E adentra:

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar a seu bel prazer (à son gré), sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele, é o direito ao proveito próprio. Aquela liberdade individual junto com esta sua aplicação prática compõem a base da sociedade burguesa. Ela faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade. (MARX, 2010. p. 49)

O maior impasse nesta questão em uma perspectiva libertária, emancipadora de fato, vai além do homem só, pois, não é possível prover a sobrevivência se abstendo do coletivo. É imprescindível que consideremos a vida como um todo, viver em sociedade requer uma compreensão de coletividade, no escopo de libertar o gênero humano. Esclarece:

Toda emancipação é redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (MARX, 2010. p. 54)

Indubitavelmente existe um paradoxo entre o bem comum e a socialidade na ordem do capital. Este fato tende a banalizar as desigualdades, ou seja, a alternativa mais plausível é a superação deste momento histórico. Tonet (2005), complementa as afirmações de Marx ao discorrer:

O entendimento mecanicista da relação entre a economia e as outras esferas da atividade social – concepção que já tivemos ocasião de criticar quando falamos dos fundamentos – também estas “transformações econômicas” são entendidas de modo completamente reificado. Porque, na verdade, aquelas transformações econômicas significavam a supressão da propriedade privada, a estatização dos meios de produção e o controle imediato da produção pelos trabalhadores. Ora, sem dúvida, a supressão da propriedade privada é um requisito absolutamente fundamental para a emancipação humana. (TONET, 2005. p. 89)

Inegavelmente a superação das condições apresentadas não acontecerá pacificamente, vis-à-vis que o individualismo e o interesse particular tenham se tornado hegemônicos no atual estágio de evolução da sociabilidade burguesa. Mediante o cenário posto é fundamental a difusão da consciência de coletividade, mas principalmente se trabalhar a questão da subjetividade com que cada indivíduo encara o coletivo.

A defesa do coletivo deve prevalecer ao individualismo, e o caminho para esta superação deve emergir a partir de um processo de conscientização, através de um viés revolucionário, ou seja, de superação da ordem do capital. Categoricamente TONET (2010), discorre sobre a questão da consciência ao afirmar:

O papel decisivo, portanto, deve pertencer, aqui, à subjetividade. Não se entenda, contudo, este deve como sendo uma exigência de caráter ético, moral ou político, mas antes uma exigência de caráter ontológico. Vale dizer, é a própria natureza do ser social, sua forma concreta, neste momento, que impõe, como condição para a realização desta alternativa, uma intervenção decisiva da consciência. Sem esta intervenção não seria possível construir uma sociabilidade efetivamente livre. Daí o papel do conhecimento, da batalha das ideias, do clareamento dos objetivos. (TONET, 2005. p.98)

E arremata:

A emancipação humana não é simplesmente um valor legítimo e desejável, nem sequer um valor puramente subjetivo. É certamente um valor, isto é, não é uma decorrência necessária e direta da forma de ser do ser social. Mas é nesta natureza do ser social, como ela se apresenta configurada hoje que estão as bases para sustentá-la como um valor real, embora potencial, e como um valor superior à emancipação política. Exatamente porque é ela que pode permitir à humanidade o acesso a um patamar mais alto de sua entificação. (TONET, 2005. p. 100)

No escopo de uma sociedade verdadeiramente emancipada conforme idealizada por Marx, ou seja, uma sociedade comunista. Se faz imprescindível atentar às peculiaridades do momento histórico ao qual estamos inseridos. Idealizar sociedades mais justas e igualitárias parece cada vez mais distante, por este motivo em concordância do Tonet (2005), vejo como plausível o discurso de promover um debate quanto a questão de se pensar num primeiro momento um processo de transição para o socialismo, para na sequência alcançar a emancipação efetivamente dita, através de um processo democrático.

Tonet (2005), indica quatro elementos essenciais para se pensar o acesso através de uma via democrática ao socialismo. A primeira delas segundo ele, se refere a questão de uma concepção ampliada do Estado, pois afirma que há a necessidade de rompimento com a visão “estreita” e “instrumentalista” próprias de Marx e Lênin. Argumenta que na condição de uma república democrática ocorre uma correlação de forças onde a incide a hegemonia da classe dominante, mas que através das lutas sociais seria possível as classes subalternas conquistarem a hegemonia. O segundo ponto seria preciso uma concepção de socialismo mais abrangente, e não somente dos meios de produção, mas também uma socialização do poder político. Articulando mecanismos da democracia representativa e da democracia direta. Terceiro ponto, refere-se às competências do processo revolucionário. Este por sua vez, indica que seria gradual e molecular, ao passo que, a conquista da hegemonia pelas classes populares se materializaria de forma gradual na sociedade civil e nos aparelhos do Estado. Para deste modo tornar possível uma mudança radical, mas efetivada de maneira democrática. E por último a materialização de

um conceito de democracia e cidadania como valores universais. A fim de que o propósito real da democracia, ou seja, a distribuição dos poderes, seja focada na garantia dos direitos, civis, políticos e sociais rompam com os interesses do capital. Deste modo, assumindo o caráter de plenitude, reconstruindo a forma com a qual a humanidade se organiza, promovendo de fato a liberdade.

2 MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A educação, tida como ferramenta essencial para se transmitir conhecimento, se apresenta como à via mais pertinente ao sonho de vivenciar um mundo melhor com justiça e igualdade social. Em síntese, uma sociedade mais justa, humana, perpassa idealizar um lugar onde as pessoas se respeitem, e não existem diferenças. Eis a motivação deste estudo refletir sobre as possibilidades de materializarmos a utopia, em algo concreto, possibilidades reais para além da sociabilidade imposta na atualidade.

Apresentar a realidade encontrada nas instituições IES do Brasil, assim como dispor de mecanismos utilizados pelo Estado a fim de se desresponsabilizar da educação enquanto política pública. Hora desenvolvendo políticas públicas que claramente favorecem o mercado educacional privado, ou seja, empresários, através de isenção tributária, ou de programas de financiamento estudantil como o FIES¹². Outrora, fomentando processos educacionais precários como por exemplo, EAD¹³. É fundamental promover a discussão sobre as atuais estratégias utilizadas pelo Capital para garantir as taxas de acumulação, pois, estas são articuladas para garantir a hegemonia da ordem vigente, o que cada vez mais nos afasta da possibilidade de emancipar a classe trabalhadora. Pode-se citar a terceirização dos serviços, aumento de oferta das vagas no ensino a distância, negligência na fiscalização da qualidade do ensino ofertado, dentre outros.

Em concordância, com Mészáros (2008), de que na sociabilidade capitalista não é possível alimentar esperanças de avanços substanciais. É preciso considerar uma perspectiva de radical de superação deste momento histórico, e sim pensarmos em uma sociedade para além do capital. Para que não fiquemos apenas no campo das ideias é fundamental promover discussões no sentido de encontrar soluções pertinentes a causa, este capítulo pretende dimensionar a educação como elemento emancipador, apresentar a cruel realidade vivencia em nossa pátria. Para que através de uma construção coletiva possamos pensar dias melhores.

¹² Fundo de Financiamento Estudantil.

¹³ Ensino a Distância.

2.1 A educação que temos: elementos de sua configuração desde o período ditatorial

Dadas circunstâncias que no presente momento histórico o capitalismo é um sistema hegemônico em esfera global, esclarecida a importância das relações econômicas neste contexto, e que este traz de modo intrínseco uma apropriação desigual da riqueza produzida, sociedades divididas em classes, diga-se com projetos e interesses divergentes, cabe ressaltar, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo orientado por medidas *reformistas neoliberais*, notável desresponsabilização do Estado no que tange à manutenção e materialização dos direitos fundamentais, em discussão a educação.

Nesta sociabilidade orientada pelo mercado, não somente “coisas” são comercializadas, assim como em um processo de alquimia, num passe de mágica, tudo passa a ser negociável no escopo da lucratividade. O que se trata de um direito fundamental, assume a condição de coisa, de uma mercadoria, se tornando indispensável ferramenta para manutenção dos interesses burgueses. A educação como um processo providencial à emancipação política e conseqüentemente humana dos povos, passa a se concretizar como mecanismo de alienação da realidade, outorgando a hegemonia do sistema dominante. Portanto, a questão perpassa por um momento de superação desta ordem, deste para um novo cenário, para assim ser construída uma sociedade emancipada, além desta ordem.

Em uma nação democrática, ou seja, onde teoricamente existe uma divisão na estrutura dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com atribuições voltadas a assegurar o bem-estar das pessoas. A orientação normativa e de regulação dos comportamentos tidos como “normais” e “aceitáveis”, ou seja, o marco regulatório é orientado por leis, é dada pela denominada Carta Magna, ou Constituição Federal. No caso brasileiro o texto constitucional vigente destinado a regulamentar as regras de organização social é a conhecida como constituição cidadã de 1988. Neste texto está potencialmente consagrada a luta de inúmeros movimentos sociais, trabalhadores, e da sociedade civil organizada brasileira, que durante muitos anos lutaram por uma sociedade mais justa e igualitária. Uma brilhante história de resistência contra a violência, assassinatos, opressão nos quais milhares de compatriotas padeceram, sonhando com dias melhores para gerações futuras, e para que estas tivessem seus direitos assegurados.

Pensando justamente na questão de assegurar direitos que gostaria de fazer uso de um dos trechos mais importantes do texto constitucional que se refere à questão da educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2016. p. 123)

Este artigo brilhantemente demarca os pontos nos quais este trabalho se propõe a discutir, a quem compete a função de educar e principalmente qual é o objetivo de se educar, neste caso, para o trabalho para garantir a hegemonia do projeto societário em questão, o capitalista. Em um breve resgate histórico o golpe militar de 1964 trouxe consigo um marcador importante por delimitar os interesses internacionais, em especial dos Estados Unidos na adesão do Brasil ao projeto de produção e reprodução econômica de base capitalista, vis-à-vis, que o real intuito desta intervenção assegurar o assombro que permeava aquele momento fosse contido, ou seja, o socialismo apoiado pela URSS que emergia no período pós-segunda guerra.

Era imprescindível naquele momento que as nações tivessem um posicionamento garantido, pois, este é que iria garantir o modelo de desenvolvimento. A posição do Brasil em apoiar-se no projeto de desenvolvimento liderado pelos EUA, significou a grosso modo, enraizar o sonho americano em solo tupiniquim. A intervenção americana foi materializada em todos os aspectos de sociabilidade, consumo, cultura e obviamente na educação também. Portanto, era preciso intervir na base, ou seja, determinar as diretrizes a serem aplicadas para educação da formação e doutrinação da mão de obra industrial, mas principalmente a manutenção dos interesses das elites industriais e seus projetos. É justamente neste período que fica demarcado as principais intervenções do regime militar na gestão da educação, convergindo aos interesses capitalistas e dos EUA.

Uma questão pertinente ao debate é como foi incorporado ao sistema de reformas da educação promovido pelo regime militar, incorporando ao sistema público orientações até então “bem-sucedidas” no meio empresarial americano. Orientadas por princípios de racionalidade, eficiência e produtividade o regime promulgou a lei da reforma universitária, através da Lei nº 5540/1968. O historiador Alexandre Tavares do Nascimento Lira, em sua tese de doutorado defendida junto à Universidade Federal Fluminense, destaca:

A adoção do modelo capitalista dependente e o reforço da presença das empresas internacionais estreitaram os laços do Brasil com os EUA. A emergência da concepção produtivista na educação resultou da predominância do capital monopolista na política estatal. Esta tendência se baseou inicialmente nas formulações de Theodor Schultz, que se difundiram entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. Estas ideias adquiriram força ao serem incorporadas à legislação na forma dos

princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, visando o máximo resultado com o mínimo de dispêndio através da não duplicação de meios para fins idênticos. (LIRA, 2010. p. 245.)

A afirmação acima pretende reforçar a condição técnica e de base a consolidar os interesses empresariais e de mercado que foi incorporado através da Lei da reforma universitária de 1968. Segundo Lira (2010), a grande influência foi a obra de Theodor Schultz “O valor econômico da educação”. Originalmente esta obra foi publicada no ano de 1963 nos EUA e no Brasil publicada em 1967. O regime também usou do pensamento de Schultz a lucidar os caminhos do processo educacional no Brasil nos anos subsequentes, outra obra que somente foi publicada aqui no ano de 1973, e dois anos antes nos EUA sob o título “O capital humano: investimento em educação e pesquisa”. Lira (2010), afirma:

A ideologia educacional norte-americana provocou um grande impacto no Brasil e em certa medida procurou-se impor o modelo de organização empresarial, o que levou à adoção de metas de produtividade para o sistema escolar. Neste contexto, se difundiram ideias relacionadas à “organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão ‘pedagogia tecnicista’. (LIRA, 2010. p. 245)

Lira (2010), afirma que a força motriz no âmbito da educação neste período foram os programas de cooperação. Esses programas consistiam basicamente em meios que assegurassem os “acordos” firmados, traziam consigo “assistência” financeira, assessoria jurídica, além de treinamento de brasileiros. Estes por sua vez, seriam treinados, capacitados para serem as pessoas a desenvolver as estratégias educacionais do país acompanhando os interesses de consolidar o projeto em questão. Cabe ressaltar que este projeto pretendia incorporar todos os níveis de ensino, e era suportado pela *teoria do capital humano*¹⁴ esta por sua vez, tinha como objetivo prover alterações estruturais no processo educacional brasileiro, adentra:

A teoria do capital humano estava ligada à pedagogia tecnicista que partiu do pressuposto da eficiência e da produtividade, e do pressuposto da neutralidade científica inspirada nos princípios da racionalidade. Esta pedagogia defendeu a reordenação do processo educativo de modo a torná-lo objetivo e operacional, minimizando as interferências subjetivas. O objetivo era adotar o modelo de trabalho fabril para a educação. (LIRA, 2010. p. 246)

¹⁴Segundo (Lira 2010, p. 246) concebia a “(...) produção de professores e alunos, produtividade de ensino, fator de produção através dos efeitos do ensino sobre a produção de recursos, educador e educando, enfim, transformados em capital humano que devidamente investido, poderiam produzir lucro social e individual. p.246.

O maior impasse nas reformas educacionais realizadas pelos militares segundo o autor, é o caráter impositivo destas ações, além é claro de não ter havido considerações e participação. O descaso com o fator de maior relevância, a qualidade dos serviços ofertados, portanto:

1) Inovação, quanto à “flexibilidade estrutural e diversificação docente, dentro de um critério de máxima integração e economia”; 2) Novas atividades acadêmicas e científicas; 3) Satisfação, com os produtos da Universidade, das reais necessidades da sociedade; 4). Melhora da qualidade e ampliação da quantidade; 5) Criação de cursos básicos de estudos fundamentais gerais; 6) Criação dos Departamentos e eliminação da cátedra; 7) Implantação de tempo integral dos professores; 8) Ampliação e diversificação dos cursos profissionais; 9) Criação de unidades de estudos básicos, chamados Centros Universitários de Estudos Gerais (como opção diferente dos Institutos Centrais, aos quais o autor se opunha). 10) Criação de um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, manipulador de mecanismos de controle interno das Universidades e independentes do Poder Executivo, conselho esse que seria “o lugar mais lógico para empreender, no nível mais alto, e a longo prazo, pesquisas metapedagógicas e o planejamento integral do ensino superior, em todo o referente à sua administração, estrutura e seu conteúdo acadêmico-científico. (ATCON, 1996, apud LIRA, 2010. p. 248)

Portanto, notavelmente as ações reformistas do regime militar demarcam o caráter austero no que compete o trato à educação durante aquele período. O grande legado deste momento histórico foi a consolidação do projeto de educação burguês capitalista no território brasileiro, ou seja, fora semeada a semente que se transformou na árvore da precariedade que encontrada atualmente no setor educacional brasileiro.

2.2 A educação superior Brasileira: breves considerações sobre a relação público X privado

O cenário de barbárie sem precedentes em que se encontram as instituições de ensino superior públicas estende-se não somente ao nosso país, em linhas gerais este se apresenta como um problema crônico que assola a maioria das nações que historicamente estão submetidas à relação de dependência aos países de capitalismo central. No caso da América do Sul, inúmeros são os casos que evidenciam um caráter elitista e conservador herdado do processo de colonização e dependência do continente. No entanto, as especificidades peculiares ao caso brasileiro dão-se a partir das considerações envoltas ao período extremamente conturbado da nossa história, o regime ditatorial de controle militar.

A atual configuração da educação superior em nossa pátria é alarmante, se partimos do

pressuposto que a educação superior em sua maioria esmagadora está concentrada na esfera privada, e essa tendência vem se consolidando gradativamente ao longo dos anos. Portanto, há necessidade de considerar elementos qualitativos, mas principalmente quantitativos, a fim de verificar a qualidade do ensino ofertado e a formação destas pessoas.

Mediante a cena posta é fundamental questionar o papel dos agentes internacionais na consolidação das reformas orientadas sob a perspectiva neoliberal. Principalmente no que compete a influência dos agentes internacionais como o Banco Mundial e o FMI na educação dos brasileiros. No entanto não somente durante as reformas iniciadas durante o governo de FHC, mas principalmente na continuidade das políticas neoliberais realizadas pelo governo Lula, Dilma e atualmente Temer. Conforme indica Leher, (2017a):

No Brasil o banco mundial financia dois grandes projetos de educação, o Fundo Escola 2 e 3, e em 2003 e 2004, foi convidado pelo MEC para apoiar a reforma universitária. O investimento em desenvolvimento humano do Banco do Brasil envolve 10 projetos, totalizando U\$1,44 bilhão – representa um terço do programa do Banco do Brasil, 28% do total da América Latina e 16% do Banco Mundial nessa área. (LEHER, 2017a. p. 3.)

A afirmação de Leher elucida o quão o mercado educacional brasileiro é visado por estas entidades. No entanto, as ações reformistas do governo FHC em direcionar os caminhos da educação brasileira nas linhas das políticas neoliberais tiveram como um dos pontos principais o Decreto 2.208/97. Este decreto tinha por finalidade a desvinculação entre o ensino introdutório e a formação profissional. *“O anteprojeto da Lei da Educação Superior admite pela primeira vez na história do país, que a educação é um campo específico de inversões estrangeiras, e autoriza a participação de até 30% de capital estrangeiro”* (LEHER, 2017a).

A questão engendra a reflexão de qual é o real objetivo desta legislação, o evidente favorecimento do capital no mercado educacional, que através de programas como FIES, PROUNI e REUNI trouxeram a falsa impressão de acesso aos jovens das classes populares teriam acesso ao ensino superior, Leher elenca três pontos indispensáveis ao debate:

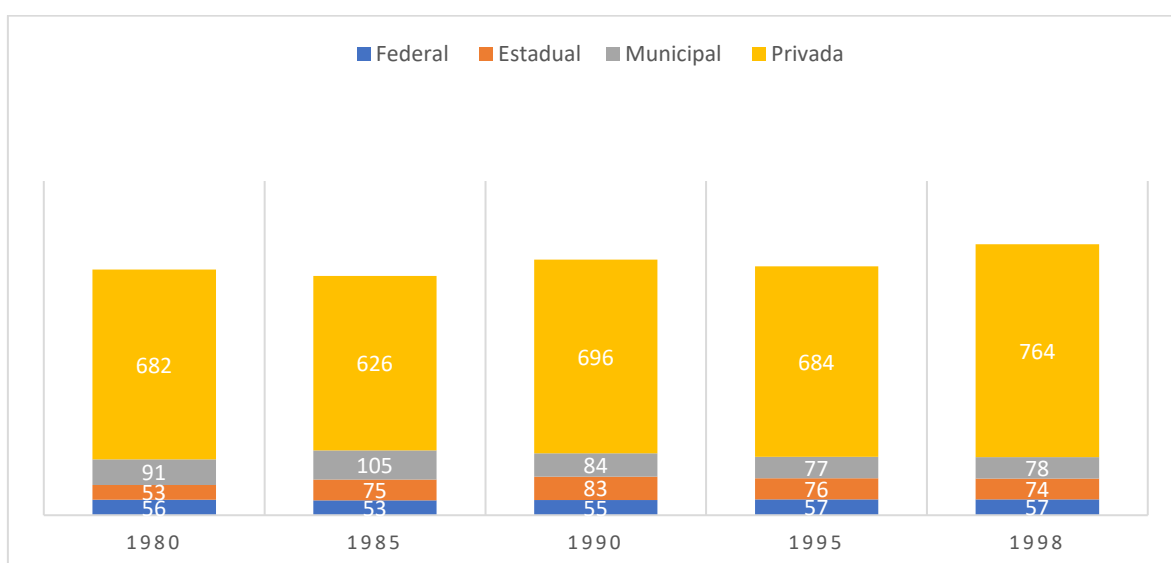
1) a consolidação do eixo privado – agora por meio de parcerias público – privadas como vetor do fornecimento da educação superior; 2) a naturalização de que os jovens das classes populares que terão acesso ao nível superior receberão ensino de qualidade drasticamente inferior; 3) a transformação da universidade em organização de serviços demandados pelo capital metamorfoseados como inovação tecnológica. (LEHER, 2017a. p. 9)

É essencial tanto a reflexão, quanto o debate acerca dos caminhos que a educação está

sendo conduzida. O que se encontra em xeque é qualidade da formação dos nossos profissionais, as condições de trabalho, se trata do futuro de nossa nação. Portanto, é indispensável mobilizar a sociedade no intuito de reverter o cenário que tende a barbárie total.

A figura 1, apresenta informações sobre a evolução na quantidade de instituições nos últimos anos do regime militar até o fim do primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso:

Figura 1: Disposição das instituições por categoria administrativa 1980 1998:



Fonte: INEP, 2017a.

Através da apresentação das informações acima mencionadas é possível refletir sobre o desenvolvimento das instituições e conseqüentemente da oferta de vagas no Brasil. Principalmente enriquecer a discussão sobre o cenário vivenciado no presente momento, a fins comparativos, a apresentação de dados divulgados pelo MEC, em 2014. Segundo o documento, foram ofertados no Brasil na presente data, cerca de 32.878 cursos de graduação, distribuídos em 2.368 instituições de ensino superior em todo território nacional. É considerável o aumento na quantidade de instituições, em 1998 totalizava 973 unidades de ensino em todas as categorias administrativas. Um acréscimo de aproximadamente 143% no total de vagas ofertadas num intervalo de 16 anos.

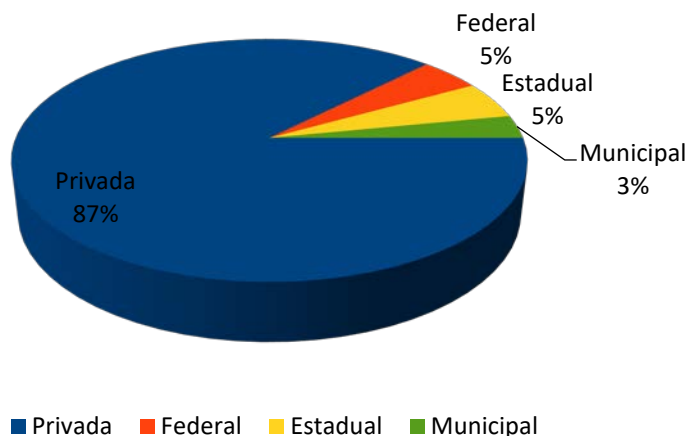
Tabela 1: Evolução das IES por categoria administrativa de 1980-2014:

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
1980	56	53	91	682	882
1985	53	75	105	626	859
1990	55	83	84	696	918
1995	57	76	77	684	894
1998	57	74	78	764	973
1999	60	72	60	905	1.097
2000	61	61	54	1.004	1.180
2001	67	63	53	1.208	1.391
2002	73	65	57	1.125	1.442
2003	83	65	59	1.652	1.859
2004	87	75	62	1.789	2.013
2005	97	75	59	1.520	1.934
2006	105	83	60	2.022	2.270
2007	106	82	61	2.032	2.281
2008	94	84	67	2.069	2.314
2009	99	108	71	2.100	2.378
2010	103	110	71	2.081	2.365
2011	103	116	85	2.112	2.416
2012	106	119	76	2.090	2.391
2013	107	118	73	2.070	2.368
2014	107	120	68	2.069	2.364

Fonte: INEP, 2017 a.

A tabela 1, permite uma análise mais minuciosa sobre a questão da evolução das instituições de ensino no território brasileiro. O destaque compete ao salto quantitativo sobre as instituições privadas. A interpretação gráfica torna mais claro este avanço no ano de 2014.

Figura 2: Disposição administrativa das instituições de ensino em 2014:



Fonte: INEP, 2017 a.

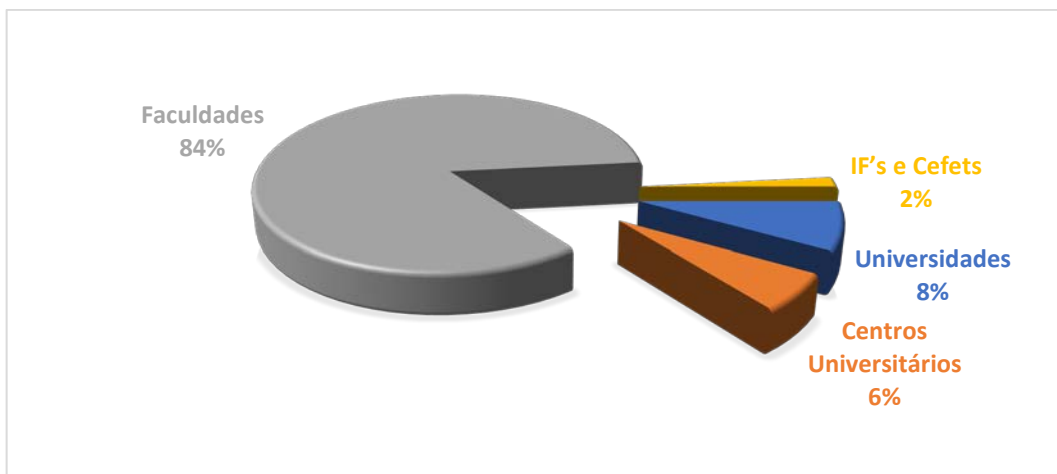
As informações dispostas acima chamam atenção no que compete a discrepância na distribuição das entidades que ofertam vagas no ensino superior no Brasil. A fração considerável de 87% das instituições de ensino superior alocadas nas mãos de empresários. Fica evidente a existência de um grande e lucrativo mercado por trás da oferta de vagas no setor privado de ensino. A grande preocupação não se concentra somente na questão da formação de mão de obra destinada aos interesses econômicos de acumulação, mas essencialmente sobre a qualidade do ensino que é comercializado nas instituições privadas. Uma vez que a qualidade do ensino ofertado não se concentra em uma formação ampla, de qualidade, mas sim tecnicista exclusivamente para o mercado de trabalho e aos interesses do capital. Pois, esta não tende se comprometer com uma formação ampla que envolva todas as áreas de conhecimento, mas sim em atender as demandas de acumulação e ao mercado.

Questionar a qualidade do ensino oferecido perpassa também visualizar os acontecimentos recentes com um olhar crítico, compreender os interesses do Estado em se omitir no que compete em assegurar os direitos dos cidadãos. Verificar também os métodos utilizados para garantir a este que deveria ser o “fiscal” efetivo da qualidade e garantia do acesso à educação. No entanto a legislação é que garante a precarização, justamente por sua “flexibilidade”, conforme:

As instituições de ensino superior podem ser classificadas academicamente em Universidades, Centros Universitários e Faculdades. A diferença principal estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) é que nas instituições universitárias existe a obrigação para que sejam desenvolvidas regularmente e de forma institucionalizada, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao passo que nas não universitárias existe obrigação apenas do ensino. Os centros universitários, pela oferta do ensino, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. As Faculdades, embora também devam zelar pela qualidade do ensino superior ministrado, não estão obrigadas a manterem programas institucionais de pesquisa. (BRASIL, 2017a. p. 9)

Indubitavelmente, pensar em uma formação de qualidade significa pensar uma educação com caráter continuado, com tempo de dedicação aos estudos, reflexões, discussões, atribuir um peso ao fator humano. Para tal, julgo pertinente ao menos que fossem atribuições essenciais a todas organizações acadêmicas as diretrizes aplicáveis às universidades, ou seja, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A figura 3, apresenta a distribuição por organização acadêmica em 2014:

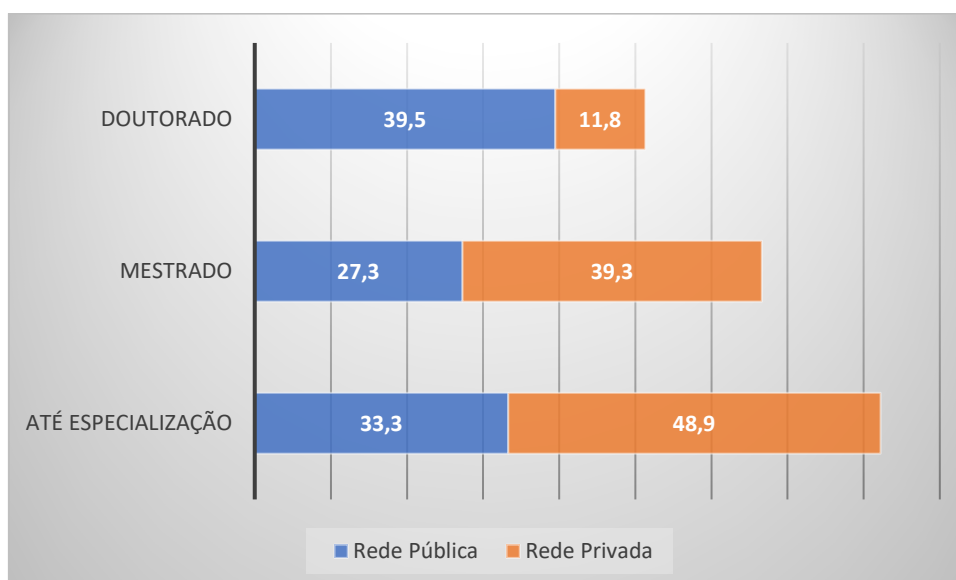
Figura 3: Disposição por organização acadêmica Brasil – 2014:



Fonte: INEP, 2017 a.

Outro fator de enorme relevância é a questão dos profissionais envolvidos no processo de formação, o nível de conhecimento acadêmico, dedicação exclusiva. A figura 4, apresenta dados referentes ao nível de capacitação docente comparando os profissionais da rede pública em relação a rede privada:

Figura 4: Análise comparativa nível de capacitação docente 2003:

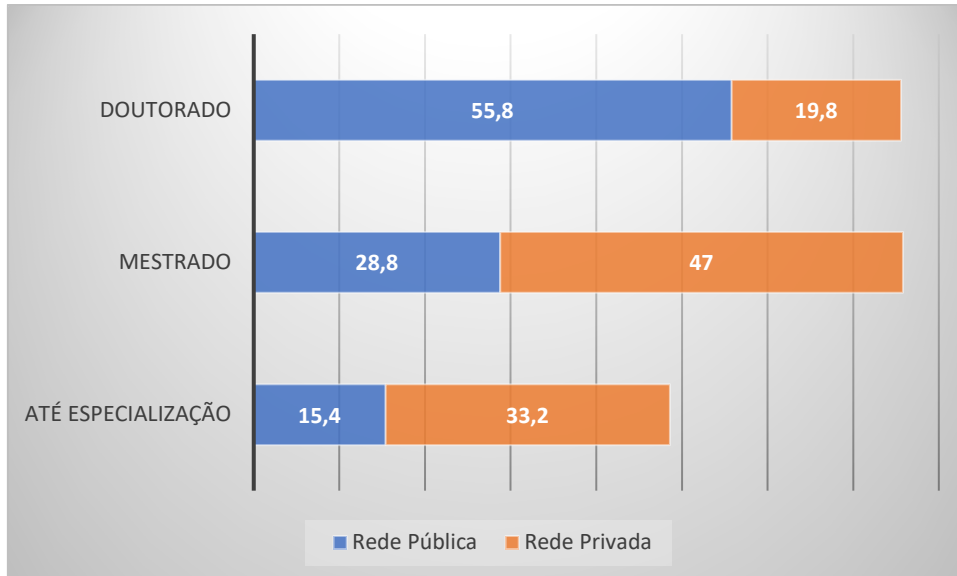


Fonte: INEP, 2017 a.

Decorrido pouco mais de uma década, houveram avanços, no entanto o cenário ainda

não sofreu alterações substanciais conforme apresentado na Figura 5:

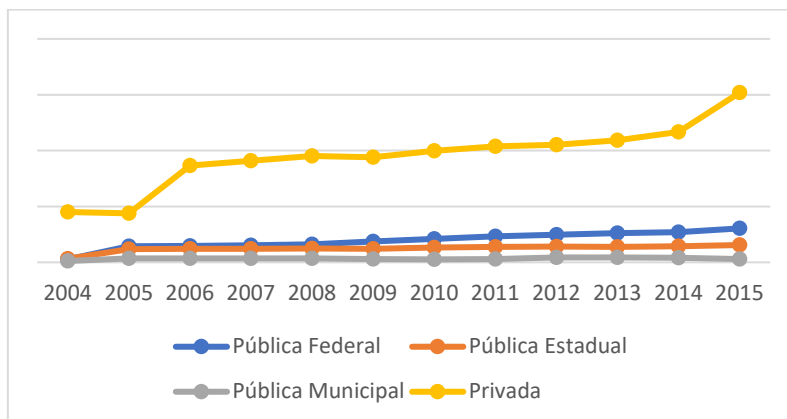
Figura 5: Análise comparativa nível de capacitação docente – 2014.



Fonte: INEP, 2017 a.

As informações acima sublinhadas denotam um indicador que carece de reflexão, o nível de capacitação docente. Este elemento é de suma importância pois enfatiza o compromisso com uma formação de qualidade. Enfatiza o compromisso com o fortalecimento do pensar elevando o nível de conhecimento que é repassado ao corpo docente.

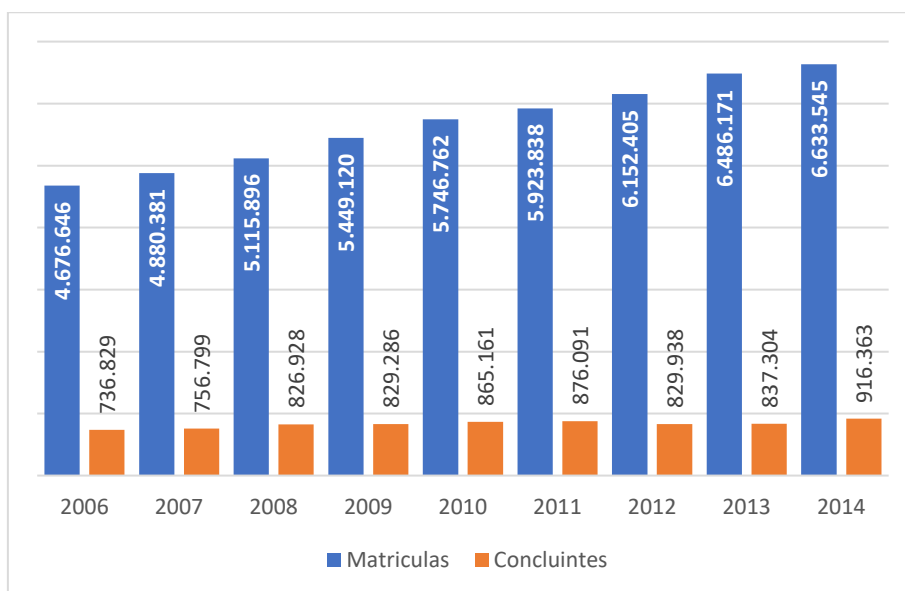
Figura 6: Evolução quantitativa de matrículas nas IES's:



Fonte: INEP, 2017 a.

Apesar de que os números indicam quantias consideráveis em relação ao ingresso nas IES é preciso refletir sobre os indicadores de conclusão. É alarmante a fração dos estudantes que conseguem concluir os cursos de graduação conforme apresenta a Figura 7:

Figura 7: Relação matriculados X concluintes IES:



Fonte: INEP, 2017 a.

A partir das informações dispostas inúmeros são os questionamentos que emergem sobre a condição atual da educação superior no Brasil. A fim de refinar os dados à Tabela 2 contribui com os percentuais de conclusão nas IES's.

Tabela 2: Percentuais de concluintes IES:

Ano	Matriculas	Concluintes	(%)
2006	4.676.646	736.829	15,76%
2007	4.880.381	756.799	16,18%
2008	5.115.896	826.928	17,68%
2009	5.449.120	829.286	17,73%
2010	5.746.762	865.161	18,50%
2011	5.923.838	876.091	18,73%
2012	6.152.405	829.938	17,75%
2013	6.486.171	837.304	17,90%
2014	6.633.545	916.363	19,59%

Fonte: INEP, 2017 a.

Conforme destacado anteriormente existe algo errado, e este erro é estrutural, um

sistema educacional com ênfase na questão mercadológica não contribui verdadeiramente para a sociedade como um todo, ou seja, o objetivo social da educação não é atendido. O pífio percentual de conclusão 19,59% realizado em 2014 indica a eminente condição que precisamos rever as direções do sistema educacional do Brasil. A questão da permanência nas IES até a conclusão é um fator que deve ser considerado, assim como, a qualidade do ensino.

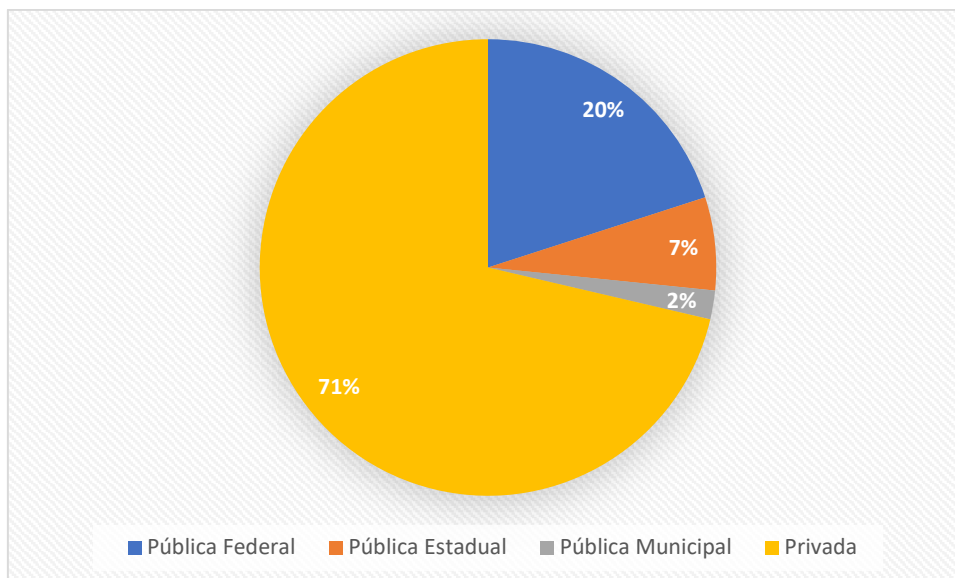
Outro quesito que precisa entrar em debate é o avanço da oferta cursos de graduação EAD concentrado em sua maioria nas instituições privadas, este método de ensino contém elementos pedagógicos dúbios, cabíveis de questionamentos. Primeiramente sobre o aspecto do corpo docente disposto a estas atividades, devido a “flexibilidade” as jornadas de trabalho são intensificadas onde os profissionais são responsáveis por centenas de alunos. É evidente que o processo de aprendizagem fica comprometido pela metodologia de ensino essencialmente automatizado, mecânico, mas principalmente pela ausência de discussões e debates que enriquecem a aprendizagem.

Outra questão que carece de atenção é a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão que é muito superficial neste processo. Pode-se destacar a questão da aproximação ao trabalho profissional, ou o processo de estágio, onde o discente não tem o devido acompanhamento e conseqüentemente uma formação precária quando utilizado o processo a distância.

Fator elementar na formação do processo de aprendizagem é a troca de ideias, as discussões feitas a partir de perspectivas distintas, ou seja, a reflexão, questionamentos que geram soluções para os problemas, por este e muitos outros fatores nesse método precisa ser revisto. No intuito de que seja ofertada uma educação superior de qualidade, ampla, mas principalmente que atenda às necessidades em sua amplitude.

A figura 8, apresenta a disposição de cursos de graduação EAD por categoria administrativa no ano de 2015.

Figura 8: Disposição de cursos de graduação EAD por categoria administrativa – 2015:



Fonte: INEP, 2017 a.

Pelos motivos descritos acima e inúmeros outros diversos conselhos profissionais, organizações profissionais que se manifestam contrárias a esta modalidade. Justamente por este tipo de ensino não promover uma aprendizagem ampla de qualidade.

2.3 A educação como aparelho de reprodução os interesses capitalistas

A educação pode ser entendida como um processo de repasse de conhecimento, que perpassa a condição de uma simples tarefa como por exemplo, tanto na condição de uma comunidade indígena no trato das ervas medicinais, quanto a complexas operações de engenharia na atualidade. Se expressa basicamente em atividades que se desenvolvem pela interação entre as pessoas, pela inter-relação de valores, ambiente, paradigmas e costumes, em síntese, na transmissão de conhecimento.

Se trata de uma ação, ou conjuntos de ações que em analogia ao trabalho, devem ser pensadas e realizadas coletivamente e pressupõem a colaboração de outros indivíduos ou grupos, que já tenham participado anteriormente de alguma forma, para que tivesse sido produzido algum tipo de conhecimento, ou algum tipo de observação sobre se mesma ou sobre a relação com o grupo no qual esteja inserido. Esse fenômeno social envolve tudo o que impregna a vida em sociedade, como o ambiente, as formas políticas, as relações socioculturais,

e atua diretamente sobre a formação das pessoas.

Não é exagero afirmar que através da educação e somente por esta via chegamos ao atual estágio de organização social, desenvolvimento tecnológico, ou seja, devido o processo didático de transmissão de conhecimento se tornou possível atingirmos o atual estado de organização humana e social. No entanto, cabe ressaltar o caráter essencial deste desenvolvimento, ele não é destinado ao bem coletivo, mas sim individual. A questão em pauta, enquadra não somente ações básicas, mas sim diversas questões econômicas, sociais, antropológicas, políticas, culturais e também religiosas.

É fundamental pontuar algumas diferenças básicas, mas que assumem características elementares nos processos educacionais. O ambiente é um fator que corresponde a uma grande parte referente ao desenvolvimento das civilizações, pois dependendo da região do planeta que vivemos esta variável assume valores distintos.

Por exemplo, o caso de uma comunidade indígena que reside numa área remota da Amazônia. Neste caso, o conhecimento passado a eles refere-se às necessidades básicas de existência, como caça, pesca e alimentos que podem ser coletados diretamente na natureza. A principal característica neste processo é evidenciada no método de repasse deste conhecimento, que na maior parte das vezes é caracterizado pela informalidade, ou seja, o cacique ou pais ensinam informalmente aos sucessores os requisitos básicos para sobrevivência na selva.

A compreensão dos processos educacionais nas sociedades capitalistas, e como a prática educativa referenciada nas modernas instituições de ensino remetem aos interesses das elites dominantes. E por isso elucidar a importância da educação na formação social do homem, que caráter deverá ter essa educação e qual seu objetivo em um sonhado estágio de organização social além do capital.

Outro fator que abre precedentes para reflexões são as instituições de ensino, por evidentemente terem objetivos claramente voltados a atender aos interesses mercadológicos, deixando de lado o compromisso com o ensino de qualidade. Então, se faz pertinente questionar os métodos de ensino, e procedimentos didáticos, ou seja, as instituições.

A educação voltada somente a sanar as demandas do mercado, através do fomento de políticas educacionais como o FIES, PROUNI, enfim, que atendem em sua essência, não o compromisso com a sociedade, mas no favorecimento das demandas de acumulação não

encontra objeções para se manter no topo da pirâmide social e por intermédio de uma manipulação que exerce nos mais diversos setores como economia, meio ambiente, setor de produção e nas políticas públicas. As instituições de ensino no Brasil, tem um papel bem definido: ser um aparelho ideológico conduzido pelo capitalismo e reproduzir uma ideologia que atenda seus objetivos, e ela tem sido bem-sucedida nesta tarefa.

Na prática, conforme mencionado nas seções anteriores para se garantir a hegemonia da proposta de desenvolvimento neoliberal para a educação o caminho proposto são as contrarreformas. Haja vista que este método não pretende realizar alterações estruturais, ou seja, não tem intenção de alterar o caótico cenário, julgo pertinente a seguinte consideração quanto ao momento vivenciado.

Nesta “nova era”, conforme o editorialista da revista *Fortune*, Thomas A. Stewart, “o conhecimento se converteu no fator de produção mais importante” de um pouco mais preciso “capitalismo intelectual” que teria sucedido ao capitalismo industrial. Nesta “nova era do capitalismo, o principal capital é o intelectual” e, por isso a educação, na condição de capital, tornou-se assunto de *managers* e não mais de educadores. (LEHER, 2017 b. p. 7.)

As afirmações são de caráter extremamente oportuno, completam a apresentação proposta apresentadas pelo filósofo húngaro István Mészáros (2008), que as medidas reformistas jamais irão solucionar o problema, pois se trata de uma questão estrutural. Afirma:

As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de produção. Podem se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se devem conformar com a regra geral preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a própria regra geral. (MÉSZÁROS, 2008. p. 25-26)

Mészáros (2008), é categórico em suas afirmações sobre divergências de interesses enraizados nos projetos em questão. Tem claramente um posicionamento no sentido que as reformas jamais irão sanar questões que perpassam a situações pertinentes à interesses distintos. Afirma que não basta reformas para solucionar esses problemas já que estes estão enraizados no que ele define como “metabolismo do capital” e este é “irreformável”. Logo, se não é possível reformá-lo preciso e sim supera-lo. E esta superação deve estar alicerçada numa perspectiva de superação total, radical, fica mais claro na seguinte afirmação:

Consequentemente, em seus parâmetros estruturais fundamentais, o capital

deve permanecer sempre *incontestável*, mesmo que todos os tipos de corretivo estritamente marginais sejam não só compatíveis com seus preceitos, mas também benéficos, e realmente necessários a ele no interesse da sobrevivência do sistema limitar uma mudança educacional radical as margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reformas sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2008. p. 27.)

Esta afirmação permeia os ares do processo de conscientização, que é de suma importância para o indivíduo atingir um estágio mais elevado na sua percepção e relação com a sociedade. É imprescindível remeter a necessidade de construir mecanismos de resistência, pois vale lembrar que a constituição de uma consciência de si é um fenômeno complexo, cujo caminho, vai da apropriação do plano genérico rumo as singularidades, e tal processo acontece com a participação direta na interação de todos no meio social. A construção da individualidade é também de suma importância para a coletividade, é um movimento do trabalhador individual ao trabalhador coletivo, do indivíduo à classe, ao reconhecimento do seu papel no meio social.

O grande desafio então, está em materializar o abstrato, como promover o reconhecimento dos papéis individuais em um cenário completamente adverso, enraizados interesses antagônicos inerentes a lógica mencionada. Não será pacificamente que o bem coletivo prevalecerá sobre o individualismo que é intrínseco a essa lógica, vis-à-vis que os métodos de ensino aplicados nas instituições são destinados a garantir a manutenção do sistema. Mézáros (2008), afirma:

[...] O impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. Apenas as modalidades de imposição dos imperativos estruturais do capital no âmbito educacional são hoje diferentes, em relação aos primeiros sangrentos dias da “acumulação primitiva”, em sintonia com as circunstâncias históricas alteradas. [...] É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica do incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. (MÉSZÁROS, 2008. p. 35)

Adentra:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como

também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2008. p. 35)

O que Mézáros (2008), deixa claro nessa afirmação é como o sistema de ensino institucionalizado, ou “formal”, é direcionado à manutenção do sistema dominante. Não existe o comprometimento no sentido de emancipar as pessoas, mas sim um claro compromisso com a acumulação de capital, no mercado, na mercantilização do conhecimento em prol de garantir o funcionamento das engrenagens do capital.

Isso consiste em validar o discurso que este é o “melhor caminho” precarizar as condições do ensino ofertado, restringir o acesso às verdades ocultas a este funcionamento. Garantir que a competitividade e o individualismo predominem ao coletivo, conforme:

Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos, da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas” mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (MÉSZÁROS, 2008. p. 44)

Indubitavelmente, a educação é elemento transformador no contexto em discussão, pois, atua desde a qualificação da mão de obra, neste sentido fomentando o processo produtivo como também pode estar alinhada a uma perspectiva emancipadora, de promover a consciência e liberdade. Mézáros (2008), indica:

Nessa perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. (MÉSZÁROS, 2008. p.45)

Portanto, pode-se concluir que a o processo de transmissão de conhecimento é um fator essencial na formação, orientação política e consciência dos indivíduos. Não somente na divisão social do trabalho, mas na sociabilidade de um modo geral, na vida como um todo.

Então, elemento determinante para o reconhecimento de classe por parte dos indivíduos ou até mesmo de um grupo por si, perpassa inevitavelmente o processo de aprendizagem. Irá determinar seus posicionamentos políticos, suas escolhas, estas serão também determinadas pelas suas afinidades. O que significa dizer que o movimento de construção histórica da consciência ocorre através de um processo de transmissão de conhecimento, onde no decorrer de sua vida lhe é dado aos indivíduos um leque de saberes e, a partir daí, faz suas escolhas baseadas em objetividades e subjetividades, criando valores e parâmetros que serão a base de formação de sua consciência. Somente assim poderemos pensar na erradicação das diferenças, fome, miséria, desigualdades, firmando o elo mais bonito que temos, sermos seres humanos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste Trabalho de Conclusão de Curso, evidenciamos o processo histórico que promoveu o atual cenário vivenciado nas Instituições de Ensino Superior do Brasil. Mediante uma análise pautada em um arcabouço teórico-metodológico orientado sob perspectiva crítica e objetivando uma discussão ampla que requer a pauta educação no Brasil. Cabe ressaltar, que o esforço dispendido a este estudo pretende promover uma discussão à cerca da evidente necessidade de superação deste momento histórico vivenciado.

Almejamos deste modo, compreender a gênese do problema, ou seja, os pilares que alicerçam o capitalismo, mas principalmente as metamorfoses que fizeram emergir o atual estágio de evolução, o neoliberalismo. Buscamos desmistificar as estratégias utilizadas para garantir sua hegemonia, justamente para combatê-lo, superá-lo e de fato emancipar o gênero humano. Pudemos concluir que a via mais plausível é a educação, porém não dá forma como é condicionada nesta sociabilidade, ou seja, apenas uma mercadoria, mas sim, um real e efetivo processo de avanço e produção do conhecimento a serviço de todos.

Ao longo deste processo investigativo, averiguamos o papel indispensável da educação tratada como uma mercadoria que assume o papel de uma das principais estratégias utilizadas pelo capital para compensar a queda nas taxas de acumulação promovidas por mais uma de suas crises estruturais. Este fato se consolida como determinante, pois existe um vasto mercado potencial e com o avanço da tecnologia cada vez mais reduzindo os postos de trabalho, a concorrência cada vez maior por uma vaga no mercado de trabalho essa justificativa acaba por parecer pertinente aos leigos.

A contrarreforma do Estado brasileiro implementada pelo governo FHC, continuada por Lula, Dilma e Temer trouxe consigo uma considerável expansão na oferta de vagas. No entanto o aumento não ocorreu no intuito de promover o acesso ao ensino superior aos brasileiros, mas sim atender os interesses e demandas de acumulação do capital. Prova disso foi o aumento quantitativo de 1.385 Instituições de Ensino Superior Privadas entre os anos de 1995 a 2014. Além dos programas de isenção fiscal e de financiamento estudantil como o FIES, e PROUNI.

Identificamos que apesar da quantidade de matrículas ter aumentado nos últimos anos não se pode considerar como um avanço pois, a quantidade de estudantes que conseguem concluir a graduação não chega a 20% em relação à quantidade de ingressos/ano. Este indicador

aponta que é preciso uma discussão ampla sobre as causas de evasão, uma revisão das condições de permanência.

É fundamental atentar-se à questão da qualidade do ensino ofertado nas IES, pois se trata, dentre outras ações, de averiguar se os profissionais estão realmente aptos ao exercício profissional. No caso das IES públicas este processo se dá por meio de concurso público este por sua vez é um indicador, a possibilidade de dedicação exclusiva no caso da docência, programas de extensão. Esta é uma problemática que interfere diretamente na vida de todos na sociedade, garantir que os profissionais tenham segurança na prática profissional. São estes novos profissionais que obtém cada vez mais um processo de formação limitada que estarão ocupando os postos de trabalho, que irão prestar serviços à sociedade. E a pergunta que surge, podemos entregar nossas vidas a estes profissionais?

Embora o artigo 207 da Constituição brasileira consagre a questão da autonomia didático-científica e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito das universidades públicas, estes pressupostos se levados ao sentido literal da legislação, permitiria que o processo educacional caminhasse rumo a emancipação. No entanto, a realidade elucida um processo educacional tanto público, quanto privado evidentemente voltado aos interesses econômicos, mercadológicos, condizentes as atuais estratégias de acumulação e dificilmente no cenário posto caminharão nesta direção. Portanto, a conscientização no sentido libertador deve ser provida não somente nas cadeiras das universidades, mas sim em todos os espaços ocupados pelas pessoas, nas fabricas, escolas, bares, movimentos sociais, enfim em todos os espaços de sociabilidade.

Nossos estudos apontaram outro ponto de atenção no processo de formação profissional na atualidade, a modalidade de ensino EAD. Precisa ser discutido, primeiramente o processo de formação destes profissionais, que é totalmente questionável por diversos fatores. Um elemento importantíssimo é a questão do acompanhamento da aprendizagem, uma formação de qualidade requer aproximação, uma interação entre professor e aluno. A troca de experiências, é outro elemento fecundo no processo de aprendizagem, diferentes formas de enxergar os problemas propostos, exposição de ideias, discussão dos temas propostos para uma construção coletiva. A periodicidade dos encontros presenciais que em muitas instituições são quinzenais em alguns cursos até mensais, o que é muito pouco para a discussão de um conteúdo de uma graduação. A quantidade de alunos que os professores/tutores tem de atender, às vezes centenas de alunos, fato que torna humanamente impossível um acompanhamento adequado, ou seja, um

ensino superficial, precarizado.

Portanto, a questão central compete que o interesse burguês interessa que as massas populares permaneçam sem o conhecimento transformador. Quanto maior for a ignorância do povo, mais fácil será manipula-los. A educação de qualidade se torna cada vez mais um privilégio de uma minoria que não está disposta a abrir mão dos seus privilégios. Então, podemos concluir que a o ponto alto no debate se concentra na questão inevitável de que é preciso o engajamento na causa educacional, lutar por uma educação pública de qualidade e gratuita para a classe trabalhadora e seus descendentes. Trata-se de uma batalha contra o imperialismo, contra os interesses prevalecentes do capital sobre a classe trabalhadora, uma luta para transformar nossa sociedade, e o caminho é um processo revolucionário até a superação deste momento histórico, rumo à emancipação plena da classe trabalhadora.

4 REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra – Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

DEUS, L.G. **Trabalho e emancipação humana em Karl Marx.** Rio de Janeiro, 2005. (Monografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. [tradução; Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves]. 17.ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** – v.2, n.4. Tradução, agosto 2007.

LAURELL, A. C. Org. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 2008.

LIRA, A.T.N. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985):** um espaço de disputa. Niterói, 2010. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** 2. ed. São Paulo: 2010, Boitempo Editorial.

MARX, Karl. **O capital:** Crítica da economia política. São Paulo: 2010. Boitempo Editorial.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica.** São Paulo: 2010. Boitempo Editorial.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital;** [tradução; Isa Tavares]. - 2.ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimento Social.** 1ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política:** uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988 com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 93/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, 2016.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Cartilha: Instituições Privadas de Ensino Superior*. Brasília: Ministério da Justiça, 2007. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Cartilha%20-%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20Privadas%20de%20Ensino%20Superior.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2017.

FERNANDES, F. **Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política**/Florestan Fernandes. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

Dicionário da língua portuguesa Michaelis. **Versão online**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=Estado>. Acesso em 30 jun. 2016.
MARX; ENGELS *O Manifesto do Partido Comunista*. Biblioteca digital Domínio Público, 2001. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2273. Acesso em: 18 mar. 2016.

LEHER, R. *Um novo senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*. Revista Outubro – Ed. 3. 02/1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo>. Acesso em: 14 mar. 2017.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980-1998**. Brasília, 2000. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf . Acesso em: 20 mar. 2017 a.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação 1999**. Brasília, 2000. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/1999/superior/miolo1_Sinopse_Superior99.pdf . Acesso em: 10 jul. 2017 b.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação 2000**. Brasília, 2001. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf . Acesso em: 10 jul. 2017 c.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação 2001**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 jul. 2017 d.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação 2002**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 jul. 2017 e.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação 2003**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 jul. 2017 f.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2004**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em: 20 mar. 2017 g.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2005**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 h.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2006**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 i.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2007**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 j.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2008**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 k.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2009**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 l.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 m.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2011**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 n.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 o.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 p.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em:20 mar. 2017 q.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2014 – Notas Estatísticas**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf . Acesso em:20 mar. 2017.

LEHER, R. Educação no governo Lula da Silva: reforma sem projeto. 2005. **Revista Adusp**. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a06.pdf> . Acesso em:17 ago. 2017.

PEREIRA, L.C.B. *Collor e o Neoliberalismo*. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/articles/1991/863.collor_neoliberalismo.pdf. Acesso em: 24 out. 2016.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Disponível em:

http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf . Acesso em 13 de jan. 2017.